

REVISTA **Informação  
em Cultura**

v. 1, n. 1  
*jan./jun. 2019*

ISSN: 2674-6549

DOI: <https://doi.org/10.21708/issn2674-6549.v1i1.2019>



# SUMÁRIO

## EXPEDIENTE

**Quem somos**

## SOBRE OS AUTORES

**Nossos pesquisadores**

## APRESENTAÇÃO

**Nosso chão!** Christiane Fernandes dos Santos, Kelly Cristina de Medeiros da Silva, Mário Gaudêncio..... p. 5-6

## EDITORIAL

**Cultura na sociedade contemporânea** Elisabete Stradiotto Siqueira..... p. 7-9

## ARTIGOS CIENTÍFICOS

**Conservação das culturas de matrizes africanas e afro-brasileiras no contexto do capitalismo verde** Célio Silva Meira, Celeste Dias Amorim..... p. 10-29

**Formação e desenvolvimento de coleções a biblioteca como dispositivo ético e estético** Gláucio Barreto de Lima..... p. 30-43

**Indicadores informacionais em inclusão social** um estudo de caso na base de dados Scielo Mário Gaudêncio, Izabel França de Lima, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque....  
..... p. 44-59

**Lei de universalização das bibliotecas escolares (12.244/10)** concepções, aplicações e proposição de política pública Jonathas Luiz Carvalho Silva..... p. 60-93

## ENTREVISTA

**Mailson Furtado Viana: um ser tão cidade!** Higo da Silva Lima..... p. 94-106

## AGRADECIMENTOS

**Em Reconhecimento**..... p. 107

# E XPEDIENTE

## INSTITUCIONAL

### Reitor

José de Arimatea de Matos

### Vice-reitor

José Domingues Fontenele Neto

### Pró-reitor de Extensão e Cultura

Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura

### Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Jean Berg Alves da Silva

### Pró-reitor de Graduação

Rodrigo Nogueira de Codes

### Diretora do Sistema de Bibliotecas

Keina Cristina Santos Sousa e Silva

### Coordenador da Editora Universitária

Eugênio Pacelli Ferreira da Costa

### Líder do Grupo de Pesquisa em Cultura, Conhecimento e Inovação (UFERSA/CNPq)

Mário Gaudêncio

## EQUIPE EDITORIAL

### Editor-chefe

Mário Gaudêncio

### Editores Adjuntos

Cleide Rodrigues de Souza

Almir Mariano de Sousa Junior

### Conselho Editorial

Almir Mariano de Sousa Junior, UFERSA

André Victor Cavalcanti Seal da Cunha, UERN

Elisabete Stradiotto Siqueira, UFERSA

Francisco Souto de Sousa Júnior, UFERSA

Gisele Rocha Côrtes, UFPB

Gláucio Barreto de Lima, IFCE

Izabel França de Lima, UFPB

Leyde Klebia Rodrigues da Silva, UFBA

Maria Elizabeth B. C. de Albuquerque, UFPB

Maria Nazareth de Lima Arrais, UFCG

Mário Gaudêncio, UFERSA

Odete Máyra Mesquita Sales, UFC

Raimunda Fernanda dos Santos, UFRJ

Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos, UFC

### Equipe Técnica

#### *Bibliotecárias*

Marilene Santos de Araújo, UFERSA

#### *Estagiária de Jornalismo*

Dinara Tayná da Silva Araújo, UERN

#### *Designer Gráfica*

Priscila Ricelle Aires Silva, UFERSA

#### *Pesquisadoras Técnicas*

Christiane Fernandes dos Santos, UFERSA

Kelly Cristina de Medeiros da Silva, UFERSA

#### *Fotografia*

Dalvanira Brito Rodrigues, UFERSA

#### *Revisoras Técnicas*

Francisca Nataligêuza M. de Fontes, UFERSA

Hiara Ruth da S. C. Gaudêncio, UFERSA

Hionne Mara da Silva Câmara, UERN

#### *Jornalista*

Higo da Silva Lima, UFERSA

#### *Secretário*

Washington Teixeira da Silva, UFERSA



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Direitos patrimoniais cedidos à Revista Informação em Cultura - RIC. Fica facultada a utilização da obra para fins exclusivamente educacionais, podendo a mesma ser lida, citada e referenciada. Todo conteúdo expresso na Revista é de responsabilidade dos autores.

### Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Orlando Teixeira da UFRSA

Revista Informação e Cultura / Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. – v. 1, n. 1 (jan./jun. 2019)- . – Mossoró : EdUFERSA, 2019- .  
v. : il.

Semestral.

Editor: Mário Gaudêncio.

Editorial de: Elisabete Stradiotto Siqueira.

ISSN: 2674-6549

DOI: <https://doi.org/10.21708/issn2674-6549.v1i1.2019>

1. Publicação universitária. 2. Cultura. 3. Informação. I. Universidade Federal Rural do Semi-Árido. *Pró-reitoria de Extensão e Cultura*. II. Título.

CDD: 070.594

Bibliotecária-Documentalista  
Cleide de Souza (CRB-15/718)

# S OBRE OS AUTORES

## **Celeste Dias Amorim**

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Rede Prodema). É professora da Faculdade Pitágoras, unidade de Vitória da Conquista/BA.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8559123292142245>

## **Célio Silva Meira**

Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador. Professor de Geografia e Sociologia do Colégio Estadual Dr. Roberto Santos e da Escola Municipal Luís Heraldo Duarte Curvelo, Poções – Bahia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9257652422525310>

## **Christiane Fernandes dos Santos**

Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0167528980574891>

## **Elisabete Stradiotto Siqueira**

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8581489357094720>

## **Gláucio Barreto de Lima**

Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri. Bibliotecário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5709814144599127>

### **Higo da Silva Lima**

Mestre em Cognição, Tecnologias e Instituições pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Jornalista da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2515817629755300>

### **Izabel França de Lima**

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Universidade Federal da Paraíba. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2774920113255079>

### **Jonathas Luiz Carvalho Silva**

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Professor da Universidade Federal do Cariri. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2376636144965734>

### **Kelly Cristina de Medeiros da Silva**

Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio do Grande. Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6822775096083904>

### **Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque**

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. Professora da Universidade Federal da Paraíba. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9310201739348129>

### **Mário Gaudêncio**

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Bibliotecário da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9742675975302705>

# A PRESENTAÇÃO

**Christiane Fernandes dos Santos<sup>1</sup>**  
**Kelly Cristina de Medeiros da Silva<sup>2</sup>**  
**Mário Gaudêncio<sup>3</sup>**

Apresentamos a Revista Informação em Cultura (RIC). Um periódico vinculado à Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), idealizado e editado pelo Grupo de Pesquisa em Cultura, Conhecimento e Inovação (CCI-UFERSA/CNPq), gerido pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) em parceria com a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), com a Biblioteca Central Orlando Teixeira (BOT) e com a Editora Universitária da UFERSA (EdUFERSA).

A RIC tem como missão, democratizar a disseminação e o acesso à informação cultural produzida no contexto dos países do hemisfério sul. Com características transversais e interdisciplinares, seu objetivo é divulgar as produções intelectuais sobre cultura, dentro e fora da universidade, visando alcançar docentes, discentes, pesquisadores, técnicos e comunidade de uma forma geral.

A RIC surge pelo incômodo de perceber que regiões brasileiras ainda carecem de ferramentas e de espaços que amplifiquem as mais distintas experiências que representam as culturas locais.

Diante da proposta delineada, a RIC terá inicialmente periodicidade semestral, mas a meta é torná-la quadrimestral em um período de médio prazo. As edições são organizadas em três dimensões: Científica, Extensionista e Técnica. No eixo científico, estão agrupados artigos, resenhas de obras acadêmicas e entrevistas; no eixo extensionista, o leitor encontra relatos de experiências, incluindo diários de bordo/campo, resenhas de obras de literatura brasileira e estrangeira, textos literários como contos, crônicas, poesias e ensaios; e o eixo técnico que é destinado a relatórios, manuais, guias e apostilas.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Técnica de Assuntos Educacionais da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: [chrisfernandes@ufersa.edu.br](mailto:chrisfernandes@ufersa.edu.br).

<sup>2</sup> Mestra em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Técnica de Assuntos Educacionais da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: [kelly@ufersa.edu.br](mailto:kelly@ufersa.edu.br).

<sup>3</sup> Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bibliotecário da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: [mario@ufersa.edu.br](mailto:mario@ufersa.edu.br).

Esse periódico busca a valorização da coexistência dos saberes tradicionais e científicos, com o intuito de permitir que narrativas silenciadas ou marginalizadas encontrem, aqui, a possibilidade da materialização de suas experiências, independente da área do conhecimento.

Apresentamos, portanto, o número de lançamento da RIC<sup>4</sup>, no qual inicialmente temos o **Editorial**, assinado por Elisabete Stradiotto Siqueira, que é trazido ao centro do debate uma motivação reflexiva em torno da **importância da cultura para sociedade contemporânea**.

Na sequência, para esse número, a revista é categorizada em duas dimensões, a saber: dimensão científica e dimensão artístico-cultural.

Quanto à **dimensão científica**, temos a comunicação de 4 (quatro) pesquisas. A primeira foi escrita por Celeste Dias Amorim e Célio Silva Meira e trata da temática **Conservação das culturas de matrizes africanas e afro-brasileiras no contexto do capitalismo verde**; o segundo artigo, escrito por Gláucio Barreto de Lima, aborda a questão da **Formação e desenvolvimento de coleções: a biblioteca como dispositivo ético e estético**; quanto à terceira contribuição, há o artigo escrito por Mário Gaudêncio, Izabel França de Lima e Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque sob o título: **Indicadores informacionais em inclusão social: estudo de caso na base de dados Scielo**; o quarto artigo compõe a reflexão de Jonathas Luiz Carvalho Silva sobre a **Lei de universalização das bibliotecas escolares (12.244/10): concepções, aplicações e proposição de política pública**.

Partindo para **dimensão artístico-cultural**, será possível ter acesso à **entrevista** de Higo da Silva Lima com o poeta Mailson Furtado Viana, ganhador do Prêmio Jabuti 2018, nas categorias: Poesia e Livro do Ano.

Diante disso, tenham uma bonita experiência literária com este novo periódico que surge para a comunidade científica e para a sociedade.

---

<sup>4</sup> Excepcionalmente neste primeiro número e em edições especiais, poderão ser apresentados textos avaliados por pares e às cegas, assim como contribuições por convite.

## CULTURA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Elisabete Stradiotto Siqueira<sup>1</sup>

Abordar o tema - Cultura na sociedade contemporânea - é duplamente desafiador tanto pela complexidade do conceito de cultura como também pelo que vivemos na sociedade contemporânea em termos de desafios éticos e estéticos.

A definição de cultura tem desafiado as várias áreas do conhecimento, por exemplo, a filosofia, sociologia, antropologia e até mesmo a economia. O movimento da cultura exerce influência em como as forças sociais se organizam ou desintegram, como evidenciam-se na superfície ou mantêm-se imersas aglutinando forças para emergir.

Existem muitas possibilidades de abordagem do significado de cultura. Velho<sup>2</sup> (1978), citando Kroeber e Kluckhohn, relembra que em 1952 os autores classificaram e comentaram 164 definições diferentes de “cultura”: descritivas, normativas, psicológicas, estruturais e históricas.

Velho evidencia que, em muitos momentos, o conceito sofreu nuances que remetiam a visões de mundo eurocêntricas quando cultura foi colocada no plano espiritual, caracterizada pela alteridade entre povos e o termo civilização determinava as fronteiras políticas e geográficas que ofereciam ao mundo o modelo de sociedade, nesse contexto, cultura era algo menor.

Tal concepção, segundo o autor, foi questionada quando a dimensão empírica da cultura (costumes, rituais) deu lugar à perspectiva simbólica, como a forma que determinado grupo social interpreta a realidade, e nesse sentido afirma que cultura é um sistema simbólico que tem suas fronteiras definidas pela capacidade ou não de um dado símbolo ser decodificado identicamente por dois grupos. O autor, ainda comentando sobre a

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-graduação em Direito e do Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

<sup>2</sup> VELHO, Gilberto; CASTRO, EV de. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. **Revista Artefato, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 25-33, 1978.**

dimensão da produção simbólica da cultura, afirma que esta pode variar de acordo com a ênfase que cada sociedade e cada momento histórico atribuem à divisão social do trabalho, relações familiares e estrutura institucional. Ainda que tal abordagem possa oferecer menores riscos de uma certa hierarquização das culturas, ao estabelecer nexos entre a dimensão material e a simbólica, não se pode descartar que isso ocorra.

Como uma outra possibilidade de conceituar cultura, Ferreira<sup>3</sup> (1995), apoiada nos postulados de Yuri Lotman, propõe a relação entre cultura e informação. Segundo Ferreira, a constituição da cultura ocorre na batalha pelo monopólio da informação, ou seja, o processo pelo qual a informação se transmite e conserva-se no imaginário social que, em última instância, constitui a memória. Portanto, não se trata do acúmulo de informação, mas, essencialmente, sua seleção que ocorre por mecanismos que Lotman define como compatíveis e vantajosos, dando origem a um sistema de signos. Tal batalha, na definição sobre o que será registrado na cultura como memória, é a resistência ao esquecimento que pode se constituir em uma luta social pela existência, não existe passividade diante de um sistema político ou pela comunicação de massas.

É nesse percurso que se estabelece o nexo com a sociedade contemporânea. Entre as várias possibilidades de olhar para o nosso tempo, talvez a mais evidente seja a configuração de redes<sup>4</sup> (2013). Castells aborda as redes de indignação e esperança e chama a atenção para a batalha que tem sido protagonizada principalmente pelos movimentos sociais em várias sociedades nessa disputa. Esse campo de embates remete ao argumento de Ferreira sobre resistir ao esquecimento, pela afirmação da existência.

A rede pode ser possibilidade de conexão entre nós dispersos e ao mesmo tempo de aprisionamento, com ela pode-se construir pontes ou cercas, tem o potencial de nos unir e diferenciar, pode oferecer espaços poucos sólidos, contudo inovadores como os entre-lugares propostos por Bhabha<sup>5</sup> (2001), que são as fronteiras de diferentes realidades em que se constroem novas identidades que carregam os signos de contestação e colaboração.

---

<sup>3</sup> FERREIRA, Jerusa Pires. Cultura é memória. **Revista USP**, n. 24, p. 114-120, 1995.

<sup>4</sup> CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

<sup>5</sup> BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

A capacidade da sociedade de produzir e de disponibilizar informação está no cerne dessa rede, a forma como a selecionamos, interpretamos e a utilizamos como grupo social está construindo o presente e desenhando o futuro. Se a cultura é a informação que se inscreve na memória, são nos parâmetros éticos e estéticos escolhidos pelas diferentes culturas, de forma individual e coletiva, que traçarão os contornos do que é e será no futuro próximo a sociedade contemporânea.

A questão que se coloca versa sobre o que nos impede de uma ação que opte por escolhas orientadas pela alteridade, pela inclusão e diversidade. Baudelaire retratou esse dilema, em 1869, quando escreveu “Os olhos dos pobres”. Sentado em um café com sua amada, o poeta enfrenta o olhar de uma família que os fitava de fora vislumbrando toda a riqueza e abundância que jamais tinham experimentado, aquele olhar o enterneceu e o culpabilizou ao mesmo tempo e ele foi buscar nos olhos da amada um refúgio para seu sentimento de dor quando ela pediu: “Essa gente é insuportável com esses olhos abertos como passagens para carroças! Você não poderia pedir ao maître para tirá-los daqui?” O poeta então percebe como as pessoas, inclusive as que amamos, podem ser impermeáveis àquilo que vivenciam e então declara: “Como é difícil nos entendermos, querido anjo, e como o pensamento é incomunicável mesmo entre pessoas que se amam!”.

Portanto, a cultura na sociedade contemporânea está sendo tecida em uma rede na qual todos participamos. Estamos sempre em algum lugar nesta cena, com os olhos conformados, questionadores, inquietos ou em busca de olhares de uma cultura mais solidária.



## CONSERVAÇÃO DAS CULTURAS DE MATRIZES AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS NO CONTEXTO DO CAPITALISMO VERDE

### CONDITIONS OF AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN CULTURES IN THE CONTEXT OF GREEN CAPITALISM

Célio Silva Meira<sup>1</sup>  
Celeste Dias Amorim<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente artigo objetiva discutir sobre vivência das matrizes africanas e afro-brasileiras a partir da visão da hegemonia do paradigma sociocultural dominante moderno, industrializador da natureza. Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica sob uma abordagem qualitativa, que ocorreu por meio de base impressa e base eletrônica, utilizando a plataforma da *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e do *Google Acadêmico*. Para tanto, traz uma abordagem sobre o capitalismo pós-Revolução Industrial e as tensões modernas do "capitalismo verde" sobre o signo da sustentabilidade desenvolvimentista, também nos "espaços" dos terreiros. Conclui-se, então, que as matrizes afro-brasileiras, ao se relacionarem diretamente pelos seus rituais, preceitos e segredos com o meio ambiente, sofrem a pressão provocada pelo pensar mercantilista e globalizado do homem moderno. Isso que dificulta a sua sobrevivência em meio a tantas destruições do meio natural, pois afirmam que é da natureza que emanam as forças inspiradoras à manutenção dessas matrizes pelo desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e sobrevivência.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Desenvolvimento Sustentável. Economia Verde. Culturas Afro-Brasileiras.

#### ABSTRACT

This article aims to discuss about the experience of African and African-Brazilian cultures from the perspective of the hegemony of the modern dominant sociocultural paradigm, which industrializes nature. As a methodological procedure, the bibliographic research was used under a qualitative approach, in which the bibliographic survey was carried out by means of a printed database and electronic base using Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Academic Google platform. To this end, it brings an approach about capitalism post-industrial revolution and the modern strains of "green capitalism" on the sign of developmental sustainability, also in the "spaces" of the *terreiros*. It is concluded that the African-Brazilian to relate directly, by their rituals, precepts and secrets, with the environment, are under pressure caused by mercantilist and globalized thinking of the modern man. This makes it difficult to survive amid such destruction of the natural environment, because they say that from the nature emanate inspiring forces maintaining these headquarters for the development of coping strategies and survival.

**Keywords:** Capitalism. Sustainable Development. Green Economy. Afro-Brazilian Cultures.

<sup>1</sup>Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal). Professor do Colégio Estadual Dr. Roberto Santos e da Escola Municipal Luís Heraldo Duarte Curvelo, Poções/Bahia.  
E-mail: [celiomeira2014@gmail.com](mailto:celiomeira2014@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rede Prodema/UESC). Professora da Faculdade Pitágoras, unidade de Vitória da Conquista/BA.  
E-mail: [celamorim@gmail.com](mailto:celamorim@gmail.com)

Submissão: 16/11/2018  
Aprovação: 22/03/2019

## 1 INTRODUÇÃO

Antes de abordar mais detalhadamente acerca da temática proposta, é pertinente discorrer acerca dos conceitos aplicados à terminologia “espaço geográfico”, uma vez que esta categoria é vital para análises na Ciência Geográfica. Nesse sentido, debater sobre o espaço é especular sobre o objeto de estudo próprio da Geografia e todas as variantes que dinamizam suas bases epistemológicas.

Já no século XVIII, Kant compreendeu a impossibilidade em estudar os fenômenos naturais desconsiderando a espacialização das ações humanas (FERREIRA, 2001). Essa constatação influenciou geógrafos famosos como Ritter e Humbolt na valorização das relações entre o homem e a natureza.

Nesse sentido, à medida que se vai intensificando as interferências humanas no espaço, sobretudo quanto ao capitalismo pós-Revolução Industrial, aumentavam também os estudos que mediavam as relações homem-espaço. Logo, as análises do espaço geográfico também recebem inferências do curso indicado pela história humana e pelos valores que vem sendo apregoados.

Por esta razão, o advento do capitalismo pós-Revolução Industrial, século XVIII, revoluciona o conceito de espaço, sobretudo pelo grau de apropriação decorrente do sistema capitalista e pela materialização das ações humanas na paisagem. A ocupação do espaço natural passa a ser feita mediante uma concepção mercadológica dos recursos, facultando ao homem o poder de transformar a paisagem natural em uma paisagem cultural (DOMINGUES, 2010).

A urbanização também foi outro fenômeno alavancado com a Revolução Industrial, transformando dramaticamente as paisagens naturais. O crescimento da população urbana resultou no proporcional aumento das cidades, além de inserir novas formas de consumo na sociedade, advindas de uma sociedade industrial. Os resultados foram os mais diversificados possíveis, desde questões de ordem social (desigualdade, exclusão, favelização, violência, déficit habitacional etc.) a questões ambientais (lixo, esgoto, desmatamento, alteração severa de ecossistemas, poluição etc.).

Nesse sentido, a forma em que a humanidade se apropria do espaço natural está atrelada, historicamente, ao modelo de desenvolvimento social preconizado na conjuntura capitalista (BARBOSA, 2008). A partir da Revolução Industrial do século XVIII, a ação do homem na natureza se torna cada vez mais predatória e insustentável. Os valores consumistas legitimados pelos veículos midiáticos, além de toda política aplicada pelas nações voltadas ao desenvolvimentismo, são pressupostos consideráveis de um sistema absolutamente descomprometido com o meio ambiente no que tange a sua conservação.

As paisagens culturais decorrentes das culturas de matriz africana e afro-brasileiras emergem constrangidas nesse contexto de redução continuada das paisagens naturais, tendo em vista que os elementos da natureza são imanentes às suas conformações. Neste artigo, problematiza-se a condição de possibilidade de sobrevivência dessas culturas nos espaços intensamente transformados pelo capitalismo contemporâneo, mesmo que travestido de capitalismo verde.

Neste contexto, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica sob uma abordagem qualitativa. Para tanto, selecionaram-se as seguintes palavras-chave: Capitalismo, Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e Culturas Afro-Brasileiras, as quais foram trabalhadas com base no pressuposto teórico de: Boaventura Souza Santos, Milton Santos, Edgar Morin, Sílvia Ribeiro, Leandro Dias de Oliveira, Mariana Ramos de Moraes, Ângela Jayme Lühning, Gustavo F. da Costa Lima, Philippe Pomier Layrargues, Soraya Corrêa Domingues, Andrize Ramires Costa, Heloisa dos Santos Simon, Elenor Kunz, Guilherme Vieira Dias, José Glauco Ribeiro Tostes, Carlos Caroso, Jeferson Bacelar, Stela Guedes Caputo, Olga Gudolle Cacciatore, Roger Bastide, José Flavio Pessoa de Barros, Eduardo Napoleão, entre outros. Nossa opção teórico-discursiva se direciona em favor da vivência das matrizes africanas e afro-brasileiras frente ao modelo hegemônico do paradigma sociocultural dominante da modernidade, visto na “perspectiva de que a relação entre homem/sociedade e homem/natureza seja pontuada pela liberdade, através do diálogo consigo mesmo, onde se possa perceber o outro, sem mediação de coisas e objetos a

exercer seu discurso e sua ação na condição humana do mundo da vida” (AMORIM, 2013, p. 52).

As diferentes concepções de leitura permitiram verificar o conhecimento explícito, que contribui para o entendimento, o aprofundamento e o desenvolvimento da temática, estabelecendo, assim, um quadro teórico que nos orientou na coleta e análise de dados (LUDKE, 1986, p. 13). A pesquisa e o levantamento bibliográfico ocorrem por meio de bases impressa e eletrônica, esta última utilizando a plataforma da *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e do *Google Acadêmico*.

Neste contexto, o presente artigo objetivou discutir sobre vivência das matrizes africanas e afro-brasileiras, a partir da visão da hegemonia do paradigma sociocultural dominante moderno, industrializador da natureza.

## 2 QUESTÃO AMBIENTAL: INÍCIO DA MOBILIZAÇÃO

O pensamento desenvolvimentista fomentado pelas economias capitalistas dos séculos XVIII e XIX foi disseminado pelo restante do globo para países que, nos referidos períodos, ainda tinham participação incipiente no cenário econômico global. Nações como Brasil, México, Argentina, China, Índia Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura passaram a adentrar ao desenvolvimentismo com grande afinco no século XX. O desenvolvimento como padrão de “crescimento econômico” passou, cada vez mais, a ser uma rotina nessas nações – consideradas emergentes – reorganizando suas bases políticas e sociais e alterando o equilíbrio das forças econômicas globais, assim criaram uma nova economia poder, porém a serviço do capital estrangeiro (GALVÃO, 2007).

A grande preocupação mundial, até meados do século XX, foi aumentar os índices de crescimento econômico satisfatoriamente, de modo cada vez mais concentrador, baseado na supressão de grandes contingentes populacionais e, aqui, referimo-nos às populações indígenas da América Latina, que foram e continuam sendo excluídas, bem como as culturas africanas e afro-brasileiras (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2007). Os resultados sociais e ambientais foram dramáticos

e, mesmo tão gritantes, foram ignorados durante muitas décadas pelas autoridades constituídas.

A questão ambiental somente passou a chegar ao cenário de discussões internacional na década de 60 do século passado; só na década de 1970 é que este discurso torna-se mais incisivo. As pressões populares, ilustradas pelo movimento hippie e pelas ONGs, que timidamente agiam naquele período, tiveram efeito, comovendo a opinião pública sobre as questões atreladas a defesa do meio ambiente. A ONU, em 1972, passa a alertar sobre efeitos danosos do economicismo e, neste meio tempo, diversos grupos militantes ganham voz na luta contra a visão acumulativa do capital.

Nesse período, a ação antrópica já se tornava nítida, despertando mobilizações contra o massacre historicamente promovido pela “volúpia capitalista” via maximização do lucro, em detrimento da conservação do meio ambiente. Encontram fôlego algumas concepções de origem marxista, como o ecossocialismo ou a ecologia social, que entendia a insustentabilidade das bases voluptuosas do capitalismo, propondo um modelo mais sano de desenvolvimento econômico. Herbert Marcuse, um dos representantes desse supracitado movimento, expressa a divergência entre o capitalismo e a ecologia, afirmando que: “a lógica ecológica é a negação pura e simples da lógica capitalista; não se pode salvar a terra dentro do quadro do capitalismo.” (apud LIMA, 1997, p. 208).

Simultaneamente, debates trincavam a opinião popular. Por um lado, os ambientalistas lançavam campanhas de preservação, na tentativa de sensibilizar a população sobre a necessidade de reduzir os impactos ambientais; por outro lado, o grupo dos desenvolvimentistas alertava sobre os efeitos sociais de qualquer interferência na cadeia produtiva para poupar a natureza (LIMA, 1997), pois naquela ótica desenvolvimentista, a prioridade era salvaguardar as divisas econômicas, de modo a gerar empregos e garantir a “qualidade de vida” da população.

É oportuno realizar uma ressalva, afinal as preocupações sociais dos desenvolvimentistas perdem fundamento ao observarmos que, da forma como

praticado, o crescimento econômico promulgado pelo paradigma sociocultural dominante moderno não promoveu a tão sonhada melhoria social de modo igualitário, contrariando a visão utópica do capital a serviço do social (SANTOS, 2008). Alinham-se a essa reflexão outros atores vinculados ao desenvolvimento, desta vez associando à economia ecológica (LIMA, 1997; OLIVEIRA, 2012).

Paralelo à nova fórmula de manter o capitalismo em alta, ou seja, a globalização, as taxas de crescimento em meados do século XX, em muitos países, a exemplo do Brasil em sua fase de “milagre brasileiro”, se mostraram significativas, contudo, a marginalidade se tornou igualmente acentuada, revelando um economicismo absolutamente concentrador e cruel. Da mesma forma, o crescimento econômico, além de impactar severamente a natureza, não demonstra garantias de qualidade social, empurrando muitos à marginalidade e criando um ciclo vicioso entre miséria e a degradação ambiental (CUNHA; AUGUSTIN, 2014).

### **3 A AMEAÇA À DIVERSIDADE CULTURAL NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Segundo Lima (1997) o desenvolvimento sustentável (DS) surge no decorrer do embate entre os desenvolvimentistas e os ambientalistas. Em 1987, o Relatório Brundtland lança o conceito de desenvolvimento sustentável que, a partir de então, tem ocupado uma posição de destaque no debate sobre as questões ambientais e o modelo de desenvolvimento econômico-social. A utilização desta nomenclatura pelos diversos setores indica uma penetração social da problemática do desenvolvimento sustentável. No entanto, seu caráter polêmico e ambíguo, se sobressai, dando margem a múltiplas interpretações e consensos pontuais, o que, segundo Dias e Tostes (2009, p. 2), indica uma apropriação, pelo mercado, das ideias da crítica ecológica, mantendo a questão ambiental administrada, de forma que as técnicas são produzidas e utilizadas de acordo a organização social, ao mesmo tempo em que esclarece que a “produção envolve relações técnicas (humano-natureza) e relações sociais (entre

seres humanos), sendo que estas ‘determinam’ aquelas”. Este, então, para o autor, é um dos pontos que se faz questionar as propostas do DS promovidas pela sociedade capitalista.

Lima (1997, p. 214) aponta que “a literatura que avalia seu significado e impacto social destaca suas positivities, suas contradições e os dilemas de sua incompletude, de seu caráter inacabado e dos obstáculos existentes à sua evolução e consolidação como real alternativa de desenvolvimento social”. Neste mesmo sentido, Herculano (1992), afirma que se:

[...] explora uma contradição semântica do termo, já que a associação das noções de sustentabilidade e desenvolvimento encerra um antagonismo de difícil solução. Lembra ela, que sustentabilidade é um conceito da Ecologia, que significa tendência à estabilidade, equilíbrio dinâmico e interdependência entre ecossistemas, enquanto desenvolvimento diz respeito ao crescimento dos meios de produção, à acumulação e expansão das forças produtivas (HERCULANO *apud* LIMA, 1997, p. 215).

Admitindo o desenvolvimento como compreendido por Herculano, compreende-se a afirmação de Dias e Tostes (2009, p. 3) de que o desenvolvimento das forças produtivas, objetiva a expansão do mercado, “vista como necessária por vários apologistas do DS, sob o argumento de que é preciso suprir as necessidades humanas de todos os povos”, observando a conservação ambiental. Assim, para ele, por meio da apropriação do discurso ambiental pelas forças de mercado “o meio ambiente tornou-se uma variável de mercado; a poluição transformou-se em um bem com valor de troca” (p. 8). O capitalismo, então, em mais uma crise, encontra na questão ambiental um caminho. É a era das ideias da “economia verde”, mas com as velhas ideias capitalistas de gerar e concentrar cada vez mais renda, de manter o domínio. Assim, Layrargues (1998, p. 152, grifo nosso) aponta que “[...] as forças de mercado –, sob pressão da nova realidade ecológica e na necessidade de assumir uma nova postura, *desponta sob uma nova roupagem*, sem que tenha sido necessário modificar sua estrutura interna de funcionamento”.

Parafraseando Layrargues (1998), a lógica do mercado faz com que os

mecanismos se tornem dependentes e em crise. A lógica capitalista não é nem abalada e se torna ainda mais fortalecida, sob uma “nova roupagem”, que, na década de 1990, recebe a roupagem de desenvolvimento sustentável e agora se denomina “verde”. Para Ribeiro (2012, tradução nossa, *online*) as empresas que dominam a economia verde são,

[...] as mesmas que provocam as crises e lucraram com elas. São mesmas vellas empresas internacionais poluidoras, as que agora também controlam as tecnologias e os novos mercados, as que abrem agora esta chamada "economia verde" procurando novas fontes de negocios com os desastres.

Neste mesmo ponto de vista Silva (2010, *online*) diz que da economia verde:

[...] emergiram das elites globais [...] mas sim uma proposta de que esta fase “verde” do capitalismo deve continuar gerando lucros através da modernização de certas áreas de produção (carros, energia, etc). O capitalismo verde não é capaz de resolver a “biocrise” (mudanças climáticas e outros problemas ecológicos como a redução da biodiversidade), mas consegue tirar algum lucro dela. Esta postura não altera em nada a rota de colisão entre as economias de mercado e a biosfera.

De todo o modo, a grande questão suscitada é a real possibilidade de conciliar a preservação ambiental com o crescimento econômico, principalmente no atual contexto de dominação do mercado por uma economia capitalista, que agora traz o adjetivo de verde. No entanto, Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 243) nos lembra que “o capitalismo não transita para nada, senão para mais capitalismo”.

Por outro lado, Lima (1997), aponta como um dos pontos positivos do termo sustentabilidade aquele que traz a valorização dos problemas regionais e das relações entre o Norte e o Sul, onde se reconhece a desigualdade Norte-Sul relacionadas à pobreza, riqueza e degradação, apresentando assim uma “divisa externa no contexto socioambiental desses países” (LIMA, 1997, p. 214). Isso impõe aos países do Norte uma maior responsabilidade na promoção do

desenvolvimento sustentável.

Corroborando com esta discussão sobre o Norte-Sul, Santos (2008, 2010) em suas obras, respectivamente, *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* e *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* e a *Epistemologia do sul* de Santos e Meneses (2010) trazem uma reflexão sobre a marginalização do Sul pelo Norte, onde as desigualdades são vistas não como diferenças, mas como inferioridade, ao tempo em que Boaventura diz que temos que aprender com o Sul, pois tudo depende de cada concepção e/ou compreensão de mundo e isto se dá porque há muito tempo tem-se permanecido a concepção de mundo ocidental, o que desloca o pensamento e mantém sempre a visão do sistema que fomenta a opressão e a dominação, mantendo a rotulação dos chamados países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o que coloca em risco a diversidade cultural, dentre elas as culturas dos povos tradicionais, como os da matrizes africanas e afro-brasileiras.

Assim, todas as formas de conhecimento ainda são vistos em perspectiva com parâmetros da ciência moderna. Neste ponto, Boaventura de Sousa Santos chama a atenção para um momento anterior, em que o conhecimento fez par com o universalismo e alerta para o risco de hoje, em que a pluralidade e a diversidade fazerem par com a globalização. Neste ponto, a Unesco, segundo Morais e Jayme (2017, p. 269; 272), chama a atenção que “a preservação da diversidade cultural seria uma das armas contra os assombros da globalização”. Uma destas preocupações é retratada em uma conferência da Unesco, proferida Claude Lévi-Strauss, em que ele “acentuou a preocupação com a diversidade cultural e o risco de seu desaparecimento com o processo de globalização em curso”. O que leva, segundo Milton Santos, a questão da atuação ou ausência do Estado, onde

Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante. [...] A política agora é feita pelo mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que *não têm preocupações éticas, nem*

*finalísticas* (SANTOS, 2008, p. 66-67, grifo nosso).

Ainda dialogando como Milton Santos (2008, p. 20):

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.

Em outra perspectiva, alguns autores trazem que, na visão de analistas menos radicais, a implantação das propostas do desenvolvimento sustentável possibilitou a introdução da temática ambiental nos debates da política econômica e das relações internacionais, promovendo assim mobilizações nestes setores cujos esforços de vinte anos não conseguiram (LIMA, 1997) ou, como apontado anteriormente, o mercado viu no DS uma possibilidade de se manter no domínio, pois, segundo Ribeiro (2012, tradução nossa, *online*), estas ações tratam “basicamente de renovar o capitalismo frente às crises, aumentando as bases de exploração e privatização da natureza”.

Assim, questionando a possibilidade de uma sustentabilidade no contexto do capitalismo, Stahel (1995) entende que:

a aceleração do tempo, característica da lógica capitalista, rompe com o tempo circular e com a estabilidade bioférica, acelerando os processos de degradação antrópica. Maior produtividade e competitividade representam geração de alta antropia, lixo e poluição crescentes. Nesse descompasso temporal, entre a aceleração do tempo econômico e a incapacidade de adaptação do tempo biosférico está a origem da crise ambiental. [...] o modelo de desenvolvimento capitalista, visto da ótica da lei da entropia se mostra insustentável e, *o discurso da sustentabilidade no contexto de uma economia de mercado, uma ilusão* (STAHHEL, 1995 *apud* LIMA, 1997, p. 216, grifo nosso).

No mesmo sentido, Hassan Zaoual (2008, p. 23) diz que: “A lógica do crescimento econômico é incompatível com a ecologia e a preservação da

diversidade das culturas”. Até mesmo, porque os maiores desafios para estabelecer o processo de materialização da sustentabilidade estão na dificuldade da:

transformação da filosofia e do discurso em ação e realização. Assim, o sonho de uma sociedade sustentável é não só desejável como necessário e o desafio é torná-lo realidade. Nesse processo encontram-se os verdadeiros obstáculos e aparecem as grandes discordâncias sobre como construir um desenvolvimento multidimensional, que integre justiça social, sustentabilidade ambiental, respeito às diversidades culturais, viabilidade econômica, democracia participativa, ética comportamental, solidariedade e conhecimento integrador (LIMA, 1997, p. 128).

Neste caso, o que se deve buscar na contemporaneidade é despertar uma nova consciência ecológica que “apesar de sua importância, ainda não se refletiu em mudanças significativas nos rumos das políticas governamentais e dos estilos de vida individuais” (LIMA, 1997, p. 202).

#### **4 O CAPITALISMO E AS CULTURAS DE MATRIZES AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS**

No contexto do capitalismo contemporâneo que proclama uma “economia verde”, nos perguntamos: como ficam as culturas de matrizes africanas e afro-brasileiras que dependem sua sobrevivência da relação homem/natureza?

É difícil dizer a quantidade exata de homens, mulheres e crianças africanas arrancadas de seu continente e trazidos para o Brasil. Autores como Bastide (2001) fala em 3,5 milhões de negros chegados por aqui, desde o período da colonização até o fim do tráfico legal ou clandestino. Já Conrad (1985), vai estimar em mais de 5 milhões o número de africanos escravizados trazidos para o Brasil entre 1525 e 1851. Dados à parte, o mais importante é que esses milhares de africanos, oriundos dos mais diferentes lugares da África, segundo Caputo (2012) traziam suas relações com a família, o sexo, as pessoas, a

natureza, a palavra, as energias, a arte, a comida, o tempo, a ancestralidade, Deus, deuses, a morte, a educação, em interações com a vida.

Assim, com suas formas “encantadas” de ver, pensar, sentir, falar e agir no mundo, as espalharam através da denominada “diáspora africana”, onde os negros e as negras que, nesse caso, sequestrados e sequestradas de suas terras, levaram consigo suas tradições, cultivando-as, mantendo-as e recriando-as no mundo, inclusive no Brasil (CAPUTO, 2012, p. 40).

Chegava ao Brasil uma tradição vivenciada, sobretudo no culto aos ancestrais e aos Orixás, chamada em Pernambuco de Xangô e na Bahia de Candomblé, que acabou sendo o nome que aglutinou as mais variadas expressões de diferentes grupos africanos.

O movimento afro-religioso se configurou a partir da criação das primeiras entidades representativas dos umbandistas e/ou dos candomblecistas, na década de 1930. Mas, 70 anos depois, na passagem do século 20 para o 21, ainda mantinha como a principal pauta de sua agenda a defesa da prática religiosa de seus representados (MORAIS; JAYME, 2017, p. 269).

As práticas dessas ramificações religiosas acontecem em espaços específicos chamados de *Ilê* (AZEVEDO, 2006). Segundo Cacciatore (1988, p. 143), *Ilê* é a denominação da “casa de candomblé, geralmente seguida do nome do orixá” protetor do terreiro. Essas casas de candomblé, bem como seus adeptos, tem uma relação de extrema intimidade com a natureza, pois é dela que emanam as energias que são cultuadas em seus rituais.

Dentro da cosmovisão dos grupos de origem afro-brasileira, o conhecimento dos vegetais é fator preponderante nas relações destes com o mundo que o cerca. É por meio deste relacionamento intrínseco que o homem chega a uma forma de conhecer, organizar, classificar e experimentar, integrando o mundo natural ou social dentro de uma lógica particular (MEIRA; OLIVEIRA, 2013).

Segundo Barros e Napoleão (2009), estas comunidades tradicionais procuram sempre uma convivência harmônica com a natureza, pois é dela que

vêm os segredos da existência da própria religião. Essa relação homem/natureza é sempre sedimentada por meio do conhecimento empírico secular, onde aquele, plenamente familiarizado com a flora do seu entorno, busca soluções para os mais diversos problemas surgidos no âmbito de suas comunidades. Foi com base no conhecimento prático e vivido do sistema tradicional africano, que aqui no Brasil os escravos iorubanos fizeram o reconhecimento e a identificação das plantas usadas nos candomblés brasileiros e, em especial, dentro do contexto baiano (MEIRA; OLIVEIRA, 2013).

O conhecimento das folhas e o seu uso se dá em várias partes do mundo e, em especial aqui em nosso país, fazendo parte da sabedoria popular (LÜHNING, 2006). A forma como este conhecimento tradicional foi e é abordado pela sociedade variou bastante durante os tempos, levando a uma divisão de opiniões no seio da sociedade (MEIRA; OLIVEIRA, 2013). Esta polêmica divisão de opiniões deve-se ao fato de este conhecimento pertencer à população mais pobre, negra e de origem cabocla (SILVA, 2009) e por seus conhecimentos serem transmitidos oralmente há gerações. Além deste, há outro fato que merece a atenção, que é a existência do uso de ritual com folhas pelos terreiros de Candomblé, o que acabava sendo mal visto pela sociedade dita “branca” europeizada. Este fato ainda prevalece até os nossos dias:

Propagara-se o progresso e os tempos modernos que se orientariam nas inovações vindas da Europa e dos Estados Unidos, querendo esquecer tudo que existia de tradição popular, descrevendo-a como uma pseudocultura de analfabetos (LÜHNING, 2006, p. 96).

A sabedoria popular expressa o conhecimento ainda não classificado, nem sempre verificado pela ciência. A ciência é considerada como sinônimo de erudição, e, na nossa sociedade, a ideia que se tem de conhecimento erudito é, justamente, a de que ele seja o melhor e deve sobrepor a todo e qualquer conhecimento desenvolvido e/ou adquirido em uma sociedade, ou seja, há uma “briga” entre o conhecimento empírico não-oficial e o erudito oficial (LÜHNING, 2006).

Em nossa cultura, há uma tendência muito grande em subestimar o conhecimento popular e supervalorizar o conhecimento promovido pela cultura ocidental. Ressaltando que o conhecimento erudito é apenas um aspecto do conhecimento. Cabe uma ressalva, pois muitos conhecimentos eruditos têm sua fundamentação no conhecimento tradicional oral, embora constantemente se negue essa afirmação. Há então uma supervalorização dos saberes por meio de uma “dominação epistemológica” e de uma desigualdade entre saber e poder como compreende Santos e Meneses (2010, p. 7; 19):

Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos.

[...] também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade.

Em muitos países europeus, os conhecimentos tradicionais relacionados às folhas praticamente desapareceram devido, por um lado, à forte imposição da religião cristã, desacreditando os conhecimentos populares tradicionais e exterminando as velhas religiões chamadas pagãs (CAROSO; BACELAR, 2006); por outro lado, há a pressão do paradigma da ciência moderna, em uma tentativa de suprimir os saberes, que por ela não são considerados científicos, como por exemplo, os conhecimentos das comunidades tradicionais (MORIN, 2000, 2003). Reforçando, Santos (2010, p. 151-152) diz que a visão de outros conhecimentos é sempre visto “a partir da perspectiva da ciência moderna”, portanto, das “práticas científicas à diferenciação entre saberes científicos e não-científicos”.

No entanto, Alves e Seminotti (2008, 2009) lembram que cada conhecimento obedece a uma regra que possibilita a produção de domínios de legitimidade e são calçados por suas verdades e seus erros.

Ainda sobre a abordagem anterior, Morin (2000, p. 82; 96) diz que “os

avanços da técnica, da indústria e do capitalismo levaram à destruição de civilizações tradicionais”, bem como, a supremacia do conhecimento científico levou “a incompreensão dos valores imperativos propagados no seio de outra cultura, como o são nas sociedades tradicionais o respeito aos idosos na obediência incondicional das crianças a eles, a crença religiosa”.

Percebe-se, com isso, uma desvalorização da cultura popular em detrimento de uma alta valorização da cultura erudita e letrada que, parcialmente, absorveu estes conhecimentos ditos populares, incluindo-os nos estudos da medicina clássica. O patrimônio cultural contido nesses saberes vão sendo degradados simultaneamente à natureza que lhes serve de substrato para construção do mundo, fenômeno que compreendemos como inerente à questão ambiental. Pesquisas apontam que, com o avanço do processo de degradação ambiental, algumas comunidades de matriz afro-brasileira, percebem que o culto aos orixás vem se tornando cada vez mais difícil e até mesmo correndo o risco de extinção, uma vez que as áreas verdes vêm sendo, paulatinamente, destruídas para ceder lugar às construções urbanas cada vez mais comuns nas cidades e nos seus entornos (MEIRA; OLIVEIRA, 2013). Trata-se não apenas de mudança de endereço, mas principalmente porque a vida no Candomblé é a expressão da natureza, uma vez que todos os Orixás estão intimamente ligados aos elementos naturais e se expressam através deles.

Alves e Seminotti (2009) constatam, em seu estudo, que a vida na comunidade de terreiro é fortificada pelos vínculos estabelecidos mediante a permanência do sujeito a um terreiro que coletivamente e não individualmente cultivam relações entre os sujeitos, nas dimensões física e espiritual. Neste caso, “O modo de compreender e agir no mundo, vivido no terreiro, com seus mitos e ritos, suas crenças e valores, constitui um conjunto de saberes e verdades legítimas sem seu contexto e que, muitas vezes, se contrapõe e escapa aos saberes e verdades técnico-científicas” (ALVES; SEMINOTTI, 2009, p. 90-91).

Os saberes oriundos desse universo afro vêm, nos últimos anos, sofrendo uma degradação, tanto por parte da sociedade judaico cristã, onde o preconceito ainda impera, como pelo próprio sistema capitalista que vem, paulatinamente,

destruindo o meio ambiente na busca de lucros para satisfazer tal sistema. As consequências são visivelmente perceptíveis pelo ser humano em seu dia-a-dia, através dos impactos ambientais. Entendendo-se por impacto o desequilíbrio provocado por um “trauma”, resultante da atividade do homem sobre o meio ambiente.

Para Sene e Moreira (2000), estes podem ser em escala local, regional e global, porém, os danos são sempre drásticos ao ser humano. Tomemos, como exemplo, a destruição das florestas por meio de queimadas, desmatamentos, entre outros aspectos. Como consequência, tem-se a destruição da biodiversidade, a erosão e empobrecimento do solo, elevação da temperatura terrestre, redução dos índices pluviométricos, desertificação, proliferação de pragas e doenças, nas nações indígenas o genocídio e o etnocídio. Associado a tudo isso, os impactos gerados pelo crescimento urbano acabam levando à destruição das áreas verdes nas cidades e em seu entorno e impactando diretamente na vida dessas comunidades tradicionais de Candomblé, que é também pressionada pelo mercado.

Neste caso, Ribeiro (2012, *online*) nos alerta que estas comunidades podem, assim, ficarem sujeitas a exigências e regras dos investidores que divulgam os serviços, mantendo as funções básicas da natureza como mercadorias sob a nova onda da “economia verde” que se baseia em três alicerces:

[...] uma meramente mercantilização e privatização da natureza e dos ecossistemas, integrando as suas funções – redefinidas como ‘serviços’ – aos mercados financeiros; a promoção de novas tecnologias e a vasta expansão do uso de biomassa; e um marco de políticas que permitam e subsidiem com os recursos públicos esses desenvolvimentos privatizadores. Como se pode ler em muitos informes que apostam na ‘economia verde’, a biodiversidade é apresentada como um ‘novo mercado multibillionário’ [...].

A mercantilização/financiarização da natureza é uma táboa de salvação para os investidores especulativos, porque abre novos mercados financeiros – carbono, serviços ambientais –, muito necessários para banqueiros, frente ao naufragio de outros mercados especulativos (RIBEIRO, 2012, tradução nossa, *online*).

O que gera todo um mercado (internacional produtor e comercializador das plantas sagradas)/ como principal estratégia macro de sobrevivência dos rituais, preceitos e segredos, na perspectiva de um “capitalismo verde” (*Green Economy*). Inclusive com a importação de sementes e demais elementos cruciais, além de campanhas para plantio de baobás e outras espécies africanas consideradas sagradas, em solo brasileiro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir sobre vivência das matrizes africanas e afro-brasileiras, a partir da visão da hegemonia do paradigma sociocultural dominante moderno, industrializador da natureza, ficou evidenciado, nessas observações prévias, que essas culturas populares, sobretudo, a de origem afro-brasileiras, vem sofrendo impactos com o global sistema de produção, que se baseia exclusivamente na obtenção de lucros, sem pensar nas consequências.

Na cultura do capitalismo, a natureza é percebida e concebida como simples reservatório de recursos e energia, sendo esta explorável à vontade. Dessa concepção, resulta a depredação do planeta, sendo a auto realização dos lucros a profecia fundamental do capitalismo. E os homens, as sociedades, os vegetais, os animais, enfim, todo o mundo está submetido a essa seleção. Neste contexto, as matrizes afro-brasileiras, que se relacionam diretamente com o meio ambiente, sofrem esta pressão, provocada pelo pensar globalizado do homem moderno, o que dificulta sua sobrevivência em meio a tantas destruições do meio natural, pois é da natureza que emanam as forças que envolvem essas matrizes e como elas tentam se adaptar com macro e micro estratégias de sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Miriam Cristiane Alves; SEMINOTTI, Nedio. Cosmovisão negro-africana e produção de saúde mental em uma comunidade tradicional de terreiro. In: MOSTRA DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO, 3., 2008, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: PUCRS, 2008.
- ALVES, Miriam Cristiane Alves; SEMINOTTI, Nedio. Atenção à saúde em uma comunidade tradicional de terreiro. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, suppl.1, p. 85-91, ago. 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2QOebYQ>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- AMORIM, Celeste Dias. **Apropriação das ideias ambientalistas no campo educacional em confluência com a visão das ações extensionistas na área de conhecimento “meio ambiente e sustentabilidade” da UESB**. 2013. 165 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, 2013.
- AZEVEDO, Vanda Alves Torres. **Ìyàmi: símbolo ancestral feminino no Brasil**. 2006. P. 153. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.
- BARBOSA, Ana Mae (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BARROS, José Flavio Pessoa de; NAPOLEÃO, Eduardo. **Ewé órisá: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé jeje-nagô**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. Tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz; revisão técnica Reginaldo Prandi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CACCIATORE, Olga Gudolle. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson. Faces da tradição afro-brasileira. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson (org.). **Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafrikanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO, 2006. p. 149-157.
- CONRAD, Joseph. **A força do acaso ou chance**. Rio de Janeiro: Terra Livre, 1985.

CUNHA, Belinda Pereira da; AUGUSTIN, Sérgio. **Sustentabilidade ambiental: estudos jurídicos e sociais**. Caxias do Sul, RS: Educ. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2HXgYfH>. Acesso em: 10 jun. 2015.

DIAS, Guilherme Vieira; TOSTES, José Glauco Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: do ecodesenvolvimento ao capitalismo verde. **Revista Sociedade Brasileira de Geografia**, v. 2, n. 2, p. 1-20, 2009.

DOMINGUES, Soraya Corrêa; COSTA, Andrize Ramires; SIMON, Heloisa dos Santos; KUNZ, Elenor. Um estudo crítico da relação entre ser humano e natureza. Possibilidades para fundamentação de uma 'Educação Ambiental'. **Revista Digital**, Buenos Aires, Año 15, n. 143, abr. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2QNcew1>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. Geografia agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 39-70, jan./jun. 2001.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Globalização e mudanças na configuração espacial: da economia mundial. Uma visão panorâmica das últimas décadas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 61-97, Jan/Abr. 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2HVx7IU>. Acesso em: 05 jun. 2019.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998.

LIMA, Gustavo F. da Costa. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Política e Trabalho**, n. 13, p. 201-220, set. 1997. Disponível em: <http://bit.ly/2wJwXY9>. Acesso em: 10 mar. 2018.

LÜHNING, Ângela. Ewé: as plantas brasileiras e seus parentes africanos. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson (org.). **Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafrikanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO, 2006. p. 257-88.

LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEIRA, Celio Silva; OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de. O uso das plantas sagradas nas religiões afro-brasileiras: um estudo de caso nos espaços religiosos da umbanda de Poções-BA. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 6., 2013, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: Museu Pedagógico/UESB, 2013.

MORAIS, Mariana Ramos de; JAYME, J. G. Povos e comunidades tradicionais de matriz africana: Uma análise sobre o processo de construção de uma categoria

discursiva. **Civitas**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 268-283, maio/ago. 2017.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. **Carta Internacional**, Associação Brasileira de Relações Internacionais, v. 7, n. 1, p. 118-139, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de; OLIVEIRA, Orlando J. R. **Na trilha do caboclo**: cultura, saúde e natureza. Vitória da Conquista: EdUESB, 2007.

RIBEIRO, Silvia. Economía verde ou economía fúnebre. **Altermundo**, 02 ago. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/31avAjf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. v.4.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos J. C. **Espaço geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 2000.

SILVA, Claudia Santos da. Rezadeiras: guardiãs da memória. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 5., 2009. **Anais [...]** Salvador, Bahia, Brasil: Faculdade de Comunicação/UFBa, 2009.

SILVA, Fernanda. 20 teses contra o “capitalismo verde”! **Altermundo**, 04 fev. 2010. (Tradução livre “20 Theses against green capitalism”, de Tadzio Mueller e Alexis Passadakis). Disponível em: <http://bit.ly/2WmwCdk>. Acesso em: 03 mar. 2018.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Questões da Nossa Época. 106).

## FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: A BIBLIOTECA COMO DISPOSITIVO ÉTICO E ESTÉTICO

### *THE FORMATION AND DEVELOPMENT OF COLLECTIONS: AN AESTHETIC AND ETHICAL DEVICE*

Gláucio Barreto de Lima<sup>1</sup>

#### RESUMO

Problematiza a Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC) como atividade bibliotecária que transforma a biblioteca em dispositivo não apenas estético, mas principalmente ético, para incorporar questões de gênero e diversidade sexual. Com aporte nos Estudos Culturais e de Gênero e fazendo a relação com o paradigma da Biblioteconomia Crítica, utiliza-se da pesquisa bibliográfica como metodologia de caráter exploratório e descritivo. Como resultado, a literatura sobre FDC explicita que um dos maiores entraves para a inclusão dessa temática nos acervos advém dos diversos tipos de censura e que o trabalho de bibliotecárias e bibliotecários não podem estar alheios a essas questões. Sinaliza que a biblioteca pode vir a ser um espaço de discussão tanto das injustiças de gênero quanto mediadora da informação sobre a diversidade sexual humana.

**Palavras-chave:** Formação e Desenvolvimento de Coleções. Gênero. Diversidade sexual. Censura.

#### ABSTRACT

This paper aims to problematize the Formation and Development of Collections (FDC) as a librarian activity that transforms the library into a not only aesthetic device, but mainly ethical, to incorporate gender issues and sexual diversity. With theoretical foundation in the Cultural and Gender Studies and making the relation with the paradigm of the Critical Librarianship, the bibliographical research is used as a methodology of exploratory and descriptive kind. As a result, the literature about FDC states that one of the major obstacles to the inclusion of this subject in the collections comes from the different types of censorship and that the work of librarians cannot be oblivious to these issues. Therefore, it points out that the library can be a space for discussing both gender injustices and it can also mediate the information about human sexual diversity.

**Keywords:** Training and Development of Collections. Gender. Sexual diversity. Censorship.

<sup>1</sup>Mestre em Biblioteconomia (UFCA). Bibliotecário (IFCE)  
E-mail:  
[glaucioufc@yahoo.com.br](mailto:glaucioufc@yahoo.com.br)

Submissão: 27/02/2019  
Aprovação: 06/05/2019

## 1 INTRODUÇÃO

A biblioteca representa um dispositivo ético de enunciados e visibilidades. Neste sentido, há uma aproximação entre os conhecimentos da Biblioteconomia com os de Gênero e dos Estudos Culturais. A política de performatividade pode ser vislumbrada nas ações das bibliotecas, assim como no discurso das obras disponíveis. E isso implica uma questão filosófica, pois se a disponibilização de informações permite uma apropriação e uso por outras pessoas, isso já não implicaria mais em repetição, mas no uso por outro agente (o usuário/a usuária), que pode transformar essa informação em vários sentidos.

Assim, podemos rebater o que os antagonistas da 'ideologia de gênero' apregoam, de forma alarmante, de que a proibição de acesso a essas informações se justifica pelo 'risco' de que o contato com os conteúdos de diversidade sexual e de gênero podem influenciar na formação das pessoas, repetindo à prática – negativamente na visão deles – mas que não conseguem enxergar que o contato com essas informações não implicaria em repetição e sim em transformação: de preconceitos para conceitos, do desconhecimento para conhecimento, do desrespeito para respeito e da intolerância para o aceite da subjetividade e individualidade da vida que cada pessoa pode construir.

A possibilidade de performance que quebra a repetição, e do ser abjeto que fica 'invisível', inclusive nos acervos das bibliotecas, faz parte de um agenciamento, mediante o qual é o poder que assegura a combinação entre aquilo que se fala e aquilo que se vê. Nas bibliotecas das ONGs (Organizações Não Governamentais) e de outras bibliotecas que permitem o acesso à informação LGBTQI+ (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queers*, Intersexuais e outras denominações), a abjeção é transformada em elemento de constituição dos sujeitos e da cultura, fazendo parte do acervo.

Os equipamentos de informação permitem o fantástico encontro com as fontes de informação e, assim, asseguram o valor que esses registros possuem. A importância de bibliotecas, arquivos e museus, como guardiões da memória, impactam e, mesmo que exista a intenção de destruição dos assuntos relativos

às questões LGBTQI+ e que falem sobre as injustiças de gênero – por uma esfera de poder patriarcal muito bem articulada – os acervos ainda assim, asseguram (mesmo que precariamente) a memória e resistência deste segmento social. A segmentação parece uma necessidade quando um ambiente hostil e de normatividade impõe a condição de inferioridade para esses ‘diferentes’. Os acervos LGBTQI+ surgem como uma afirmação identitária desses grupos que se reúnem e se identificam com determinadas características. Além de assegurar a memória, essas coleções também se configuram como uma forma de resistência e confirmam uma política de atuação pelo viés da cultura.

## 2 DISPOSITIVO ÉTICO E CENSURA

A ação bibliotecária na FDC implica responsabilidade de escolha. Sabemos que esta realização é complexa, pois “na verdade, o oprimido sempre tem que ter memória. Se você tem uma memória, consegue alguma coisa de libertação” (BESSA, 2002, p. 374). É dessa profundidade que falamos quando se pensa na formação de uma coleção sobre a temática LGBTQI+. Ela representa algo como um alento, uma expectativa, uma esperança, diante de tantas situações cotidianas de opressão, medo, privações e injustiças. Mesmo que esse discurso fale inclusive sobre essas situações de vulnerabilidade, de certa forma elas implicam na ‘vontade de verdade’ que vidas LGBTQI+ experimentam. “É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória” (NORA, 1993, p. 13).

A incandescência, como fator físico, toma sentido de radiação, ou seja, espalha calor, energia. Acreditamos que Nora (1993) tenha tomado este sentido para sua fala. Se essa tiver sido sua proposta, tomamos isso de empréstimo, para relacionar com a ação de FDC realizada pela classe bibliotecária, como uma atividade propagadora de sentidos e intenções, ligada direta com a memória dos diversos grupos sociais, irradiando energia em forma de informação e conhecimento.

O trabalho do bibliotecário tem que estar vigilante quanto aos preconceitos que existem na área da informação. Inclusive na atenção quanto ao impacto que determinado termo ou assunto exerce sobre certas comunidades. As pessoas LGBTQI+ são constantemente atingidas pelo repetido uso de termos que inferiorizam a condição *gay*, *bi*, *queer* ou *trans*. Os dilemas éticos no campo da informação, assim como na FDC, exigem a atenção em “observar os princípios gerais e éticos que evidenciam os direitos humanos, os ditames dos códigos profissionais e organizacionais” (GUIMARÃES; PINHO; ALMEIDA; MILANI, 2009, p. 106). A informação LGBTQI+ condiz a uma produção social e cultural particular, dotada de um domínio de conhecimentos que estabelecem uma dinâmica de compreensão. A perspectiva multicultural, que a tendência contemporânea trouxe para a Biblioteconomia, marca uma hospitalidade, mesmo que no Brasil seja mais exercida por bibliotecas especializadas do que pelos demais tipos de bibliotecas.

Contraditoriamente, essa perspectiva multicultural, que tem uma visão mais inclusiva das diferenças e da diversidade tem sido desestabilizada diante dos inúmeros casos de censura que ganharam fôlego e impacto midiático nos anos mais recentes. O que se configura é um claro retorno do controle sobre as bibliotecas e o intuito de eliminar a liberdade de informação.

Ainda mais grave é quando se percebe a participação de bibliotecárias e bibliotecários no intuito de exercer censura sobre a liberdade de informação ou mesmo apoiar as ações governamentais que tem atuado no cerceamento de informações nas bibliotecas, impedindo que determinados tipos de informação possam circular ou simplesmente estar disponíveis nas prateleiras.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia para a construção deste artigo tem como proposta a aproximação entre dois campos que parecem distintos: a Biblioteconomia como a ciência da organização, mediação e disseminação de informações em bibliotecas e os mais variados ambientes de informações; e os Estudos de

Gênero que trazem para o campo científico a quebra de determinismos, normatividades e postulados emitidos por outras ciências. No aspecto da Biblioteconomia, nos baseamos em Araújo (2014), e percebemos que o mais coerente foi a aplicação da perspectiva crítica e do multiculturalismo das correntes contemporâneas, que estabeleceram novos paradigmas para a área. Na Biblioteconomia, na especialidade da FDC, tomamos como referência os textos das autoras Dias e Pires (2003) e do teórico Vergueiro (1989; 2010; 2011) e Lemos (2015) para problematizar questões como a censura e a mistificação de “neutralidade” do trabalho de bibliotecárias e bibliotecários.

Em relação à complexidade do Gênero enquanto categoria de análise, e as implicações políticas, assim como as interpretações que se delimitam nas construções sociais das relações entre a diversidade de indivíduos na sociedade, a fundamentação teórica se baseia nas pesquisas de corrente pós-estruturalista e dos Estudos Culturais de autorias imprescindíveis como Foucault (2008), Louro (2003), Domingos (2009) e Butler (2015).

A dinâmica das discussões em gênero está relacionada com os aspectos fundamentais da FDC. Na seleção dos materiais de informação sobre gênero e diversidade sexual, os documentos são analisados com um olhar atento para os discursos e representações que as obras e seus textos trazem em seus conteúdos e que serão incorporados na coleção. Este acervo deve possibilitar a discussão e problematização das questões LGBTQI+. As coleções devem estabelecer uma demarcação de existência inspirada no respeito à diversidade humana e toda a complexidade de relações que existem, nas múltiplas possibilidades de burlar as arbitrariedades da vida social, que determinam o discurso cultural hegemônico centrado na ‘racionalidade universal’ e na ‘heterossexualidade compulsória’ de como estão estabelecidos os arranjos de gênero.

Quanto às políticas públicas de informação para a comunidade LGBTQI+ e de certa forma à população em geral, sobre as discussões de gênero e diversidade sexual, salientamos que bem mais importante que a unicidade da oferta de materiais informacionais está a possibilidade de serem desenvolvidas atividades de inclusão social e acompanhamento dos fatores de uso/não uso do

acervo, estatísticas variadas com enfoque em gênero, estudos de usuárias e usuários da informação e avaliação permanente da coleção, assim como o acompanhamento das atividades direcionadas (debates, conversas, minicursos, palestras, exposições e exposições) que discutam as desigualdades, violências e opressões que mulheres e pessoas LGBTQI+ sofrem cotidianamente. Além da oferta de produtos e serviços com o enfoque de gênero e diversidade sexual, o que é relevante deve ser a preocupação em saber como estas ações têm contribuído na diminuição do machismo, da misoginia, dos estigmas, preconceitos e convenções normativas arraigadas na cultura. “Como os usuários os resignificam ou fazem suas próprias perspectivas a partir desses recursos?” (MANCILLA et. al., 2012, p. 14). Esta consideramos ser a questão chave para a FDC. Ela permite descobrir se essas iniciativas de inclusão, educação e memória tem sido úteis para a transformação de um contexto de violência, exclusão e sofrimento das vidas LGBTQI+.

#### 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS EM FDC

O desenvolvimento de coleções pede da categoria bibliotecária muita responsabilidade em suas ações. É um ramo de atividade que exige atenção, zelo, ética e planejamento. As autoras Dias e Pires (2003) estabeleceram duas etapas para a realização da FDC. Inicialmente uma etapa de levantamento, tanto das características da comunidade e de usuários, quanto das necessidades de informação e o estabelecimento das prioridades de atendimento, assim como das estratégias de relação com o público usuário. Complementa-se a este elenco, o levantamento de recursos e dos serviços que serão oferecidos e, principalmente, das intenções que se projetam sobre a coleção em prol da coletividade.

A outra etapa diz respeito à “elaboração de documento para a formalização da política de desenvolvimento de coleção” (DIAS; PIRES, 2003, p. 23). Neste documento, devem constar as diretrizes para que a formação do acervo seja um conjunto de documentos que tenham uma função social perante

a comunidade, para quem se destinam essas informações. Numa perspectiva similar Waldomiro Vergueiro, um dos mais importantes estudiosos do assunto no Brasil, destaca a relevância da FDC:

É possível dizer que o desenvolvimento de coleções é, no rol das funções desempenhadas pelos bibliotecários, aquela que mais amplamente afeta o usuário. Afinal, cabe ao desenvolvimento de coleções a identificação/definição dos itens individuais que farão parte de um determinado conjunto – físico, temático, geográfico, virtual – de materiais de informação que estarão disponíveis a um agrupamento específico de indivíduos (a comunidade cujas necessidades da informação aqueles materiais devem atender). Isso não é pouco (VERGUEIRO, 2011. p. 88).

A escolha dos materiais de informação que irão compor a coleção incide no questionamento quanto ao papel da classe bibliotecária e o dilema da imparcialidade. Implicações éticas, de censura e poder perpassam por esta ação. É preciso refletir sobre as escolhas das aquisições, pois ao ter o poder de decidir o que deve ou não entrar no conjunto do acervo, a classe bibliotecária acaba exercendo uma espécie de poder, pois “queira ou não, é um elemento que está interferindo no processo social” (VERGUEIRO, 2010, p. 5).

Antes da perspectiva crítica da Biblioteconomia, o cerceamento de informações era naturalizado na intenção de se filtrar o que devia ou não ser acessado como fonte de informação. A privação de acesso implicava numa prática comum. Infelizmente, em nosso tempo ainda acontecem impedimentos, agora com a pressão sendo implementada por membros do legislativo, executivo e judiciário. Casos de censura a livros, exposições e o descaso com os equipamentos de memórias (bibliotecas, arquivos, museus) e seus conjuntos de documentos são reveladores de um descaso e desrespeito intencional e com finalidades de exclusão de determinados assuntos, temas e públicos.

Quando se dificulta o acesso às informações, o agente de proibição toma para si a responsabilidade do ato censor e as implicações que esta atitude tem na vida de outras pessoas. Podemos neste momento pensar nas vidas abjetas (conceito de Judith Butler) e no quanto deve ser difícil para essas pessoas

excluídas lidar com a inexistência de informações – neste sentido, quanto aos meios formais de informação – e as limitações que a ausência de informação causam sobre essas individualidades.

A biblioteca como um espaço institucionalizado do poder tenciona a ação bibliotecária. Isso afeta diretamente nas decisões efetuadas no espaço da biblioteca. O ideal seria que no processo de seleção, a bibliotecária ou o bibliotecário encontrem o equilíbrio, de forma que o universo de usuárias e usuários sejam contemplados em suas necessidades de informação e representação, pois no processo de seleção de materiais para o acervo da biblioteca, talvez “uma das melhores contribuições do bibliotecário esteja em sua capacidade de coordenar demandas e necessidades conflitantes, de maneira a garantir que o resultado final seja o mais harmonioso possível” (VERGUEIRO, 2010. p. 8). É um desafio e uma responsabilidade para nós e isso requer uma formação humanística sensível e com ampla vivência da diversidade cultural e humana.

No universo de informações, documentos e mídias, o trabalho da categoria bibliotecária na FDC adquire um papel curatorial e que o processo de escolha nesse momento é dos itens mais significantes e representativos das temáticas de interesse do público. “Esse processo não ocorre no vazio, mas em um ambiente sócio-cultural específico, no qual questões ideológicas, políticas e éticas podem ter maior e menor influência” (VERGUEIRO, 2011, p. 90). Bibliotecárias e bibliotecários sofrem interferências e pressões do contexto social em que atuam, assim como as próprias convicções pessoais (formação familiar, formação escolar, formação cultural, formação profissional, religiosidade, gênero, classe social, raça) podem vir a interferir nas escolhas.

A utopia da neutralidade retorna para a discussão em FDC. Isonomia e imparcialidade são questões difíceis de sobrepor, pois todas nossas ações são políticas e sofrem interferências subjetivas e objetivas. Neste aspecto, cada bibliotecária/bibliotecário precisa mais se pautar sobre os resultados dos levantamentos e estratégias postuladas para a formação da coleção, do que se

basear por opiniões e gostos pessoais, assim como as ideologias que interferiram na formação dela/dele como pessoa e profissional.

Mesmo que não solucione o problema da utopia da neutralidade, mas de certa forma é o planejamento em FDC que permite a elaboração de um conjunto de critérios de seleção. E é isso que vai dar consistência para a política de seleção. Esse conjunto não elimina as lacunas, mas evita com que preferências pessoais de bibliotecárias/bibliotecários interfiram no processo. Diminui consideravelmente a possibilidade de acontecer uma seleção tendenciosa ou com intencionalidades de foro ideológico pessoal. Ainda assim, a ação de seleção de materiais de informação deve ser precedida de muita atenção, “pois pode não ser fácil diferenciar as decisões de seleção das de censura” (VERGUEIRO, 2011, p. 103). Ambas podem tender a não permitir o acesso e, por isso, é preciso avaliar todos os aspectos dos materiais a serem adquiridos.

Infelizmente, mesmo que o bibliotecário tenha um olhar mais sensível para assuntos considerados ‘polêmicos’, favorecendo uma seleção de obras que permita um diálogo entre ideologias ou mesmo uma análise crítica sobre assuntos tabus, ainda assim, existe a possibilidade de tudo ser direcionado para o radicalismo, o extremismo e o sensacionalismo. Em bibliotecas que não sejam especializadas na cultura LGBTQI+, a presença de obras sobre este assunto pode provocar reações inesperadas de pessoas contrárias à causa.

A intenção de uma prática bibliotecária flexível seria permitir que aos usuários cabem a análise crítica, emissão de valor ou julgamento para o devido encaminhamento de opinião, tudo baseado nos princípios de liberdade de informação e livre arbítrio humano.

No caso da informação LGBTQI+, não é de se estranhar que as implicações negativas que parte da sociedade imprime sobre esta informação possa também ter implicações éticas sobre a atitude que alguns bibliotecários e bibliotecárias podem apresentar frente à FDC. Nota-se que a atitude que alguns desses profissionais possam vir a tomar, compromete o direito de acesso à informação, no sentido de que pessoas LGBTQI+ sejam prejudicadas por não

serem contempladas com a oferta de informações que atendam a seus interesses.

A responsabilidade bibliotecária não pode ser atenuada pelo gravíssimo fato que algumas pessoas consideram aceitáveis atitudes machistas, racistas, misóginas, homofóbicas e transfóbicas, justificando-se pelo motivo do profissional estar submetido a uma organização política e social que força a segregação, o cerceamento e anulação de certos grupos sociais, a quem não se tem o interesse de oferecer políticas de atendimento.

Para alguns teóricos, inclusive, se posicionar contra esta postura torna-se uma espécie de militância pela liberdade de informação. No que se refere à informação LGBTQI+, podemos considerar que também não deixa de ser uma forma de militância pela causa de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queers*, intersexuais e outras dissidências e denominações. Tudo o que diz respeito à sexualidade está submetida a uma moralidade estabelecida socialmente e que, no caso do Brasil, está envolta de muita hipocrisia e falso 'puritanismo'. Assim, a prática bibliotecária e os serviços das bibliotecas não estão livres da incursão de moralidade que as instituições sociais estabelecem no campo social, seja no público ou privado, no coletivo ou individual. "Além do que será necessário melhor conhecer quais são os valores morais e intelectuais sancionados pelos grupos que detém o controle efetivo da vida social, e que influem na concepção que serve de base ao nosso trabalho como bibliotecários" (LEMOS, 2015, p. 186).

Conhecer esses valores significa mais uma intenção de problematizar o que está enraizado na cultura brasileira do que uma passiva submissão e aceite dos ditames estabelecidos. A biblioteca pode vir a ser um espaço de discussão tanto das injustiças de gênero quanto da diversidade sexual humana, englobando não só as afetividades, mas outras questões que as pessoas LGBTQI+ estabelecem como prioritárias (saúde, trabalho, educação, etc.).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário brasileiro, diante dos inúmeros casos de censura que ganharam fôlego e impacto midiático nos anos mais recentes, o que se configura é um claro retorno do controle sobre as bibliotecas e o intuito de eliminar a liberdade de informação. O que preocupa é que aparentemente alguns colegas de profissão ainda não perceberam que este retome censor também é uma forma de censura contra o trabalho da própria classe bibliotecária, que agora teme sobre as decisões quanto à FDC, podendo sofrer retaliações pelas escolhas de contemplar a diversidade sexual, religiosa, ideológica e humana.

A arbitrariedade vem do discurso dominante, que a partir das estruturas consolidadas de projeção das ideologias vigentes, exercem controle sobre a sociedade e atuam na formação de conceitos determinantes para os sujeitos sociais, definindo os papéis que cada um deve exercer na dinâmica social. Esses mecanismos de controle e manejo são atuantes também no poder que exercem sobre as pessoas, de bebês recém nascidos às pessoas mais idosas. Todo o contexto implica na seleção de materiais de informação, tanto na seleção de livros, quanto de filmes, revistas, músicas; interferindo desde o processo criativo até a disponibilização para o público.

Geralmente a maioria das bibliotecas estão subordinadas a uma estrutura organizacional maior, com missões e valores que nem sempre são postos em prática, ou muitas vezes propositalmente inibidores da liberdade humana. Nelas, dificilmente a equipe bibliotecária poderá exercer uma seleção que possa interferir no esquema social, com clara intenção de atuar sobre atitudes racistas, machistas, homofóbicas, transfóbicas, etc. A seleção de materiais de informação que pudessem contribuir na mudança da sociedade sobre esses problemas podem ser vetados pelos gestores que estão em posição hierárquica superior aos bibliotecários.

Todas essas questões devem ser ponderadas pelas decisões tomadas no processo de FDC e que a classe bibliotecária precisa compreender que a humanidade não pode retroceder nos avanços que as discussões em gênero e

sexualidade proporcionaram, visando a liberdade humana e o respeito aos seus direitos, tanto no aspecto dos direitos sexuais quanto aos de liberdade de informação.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014. 200 p.

BESSA, M. S. **Os perigosos: autobiografias e AIDS**. Rio de Janeiro: Aeroplano; ABIA, 2002. 431 p.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8.ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 287 p. (Coleção Sujeito e História).

DIAS, M. M. K.; PIRES, D. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2003. 71p. (Série Apontamentos).

DOMINGOS, J. J. **Discurso, poder e subjetivação: uma discussão foucaultiana**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2009. 97 p. (Série Veredas, 11).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17.ed. São Paulo: Loyola, 2008. 79 p.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A.; ALMEIDA, C. C.de; MILANI, S. O. Aspectos éticos da organização da informação: abordagens teóricas acerca da questão dos valores. In: CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Comissão de Ética Profissional. **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil**. Brasília: CFB, 2009. p. 94-129.

LEMOS, A. A. B. de. Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras? In: LEMOS, A. A. B. de. **De bibliotecas e biblioteconomias: percursos**. Brasília: Briquet de Lemos, 2015. p. 181-190.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 179 p.

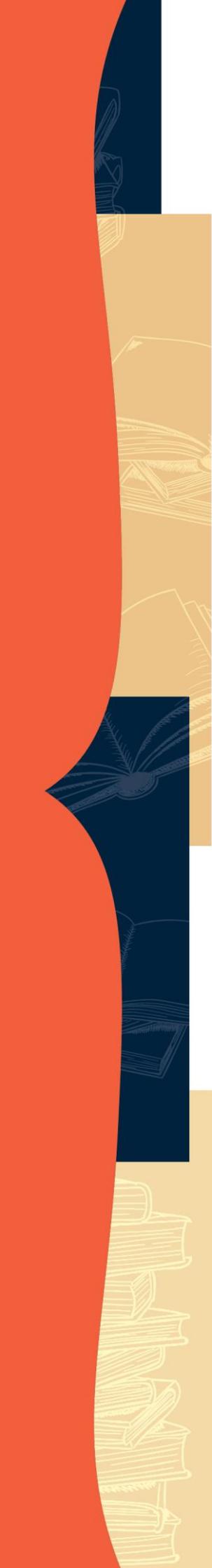
MANCILLA, C. M. *et. al.* **Guía para la incorporación del enfoque de género en bibliotecas**. Santiago de Chile: DIBAM, 2012. 94 p.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v.10, p. 7-28, 1993.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989. 95 p. (Coleção Palavra-Chave, 1).

VERGUEIRO, W. Questões éticas do desenvolvimento de coleções: aspectos teóricos e práticos. *In*: CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Comissão de Ética Profissional. **Ética profissional na prática do bibliotecário**. Brasília: Usina de Letras, 2011. p. 88-113.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 3.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010. 120 p.



**Agradecimentos:** Instituto Federal do Ceará – *Campus* Maracanaú (IFCE).  
Universidade Federal do Cariri (UFCA) – Programa de Pós-Graduação em  
Biblioteconomia (PPGB) e Pró-Reitoria de Cultura (PROCULT).

## INDICADORES INFORMACIONAIS EM INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA BASE DE DADOS SCIELO

### INFORMATION INDICATORS IN SOCIAL INCLUSION: A CASE STUDY IN THE SCIELO DATABASE

Mário Gaudêncio<sup>1</sup>

Izabel França de Lima<sup>2</sup>

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque<sup>3</sup>

#### RESUMO

Apresenta uma investigação em torno dos indicadores informacionais em “Inclusão Social” a partir da Base de Dados da Biblioteca Eletrônica Científica *Online* (*Scielo*). A pesquisa objetiva analisar estes indicadores considerando a produção científica indexada nos últimos dez anos, no período de 2007 a 2017. Observa-se que existem poucos estudos na Ciência da Informação sobre a temática “Inclusão Social”. Por esse motivo, torna-se limitado o poder de atuação e intervenção científica no sentido de viabilizar ações contra-hegemônicas de empoderamento popular para reduzir as desigualdades consolidadas por meio dos modelos vigentes de contratos sociais. Assim, chega-se à conclusão que se fazem necessárias ampliar pesquisas voltadas para o viés social no âmbito da Ciência da Informação, e ao fazê-las, têm-se os periódicos científicos que produzem relevantes fatores de impacto, com indicativos informacionais que agregam valor estratégico e que contribuem na redução de incertezas e na pressão das forças sociais e políticas a fim de que os dados e as informações geradas sejam elementos diferenciais a favor das populações que estão à margem da sociedade e conseqüentemente desprovidas de qualquer apoio ou iniciativas para redução das desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Indicadores informacionais. Inclusão social. *Scielo*. Sociedade da Informação.

#### ABSTRACT

It presents an investigation about the informational indicators in "Social Inclusion" from the Database of the Scientific Electronic Library Online (*Scielo*). The research aims to analyze these indicators considering the indexed scientific production in the last ten years, in the period from 2007 to 2017. It is observed that there are few studies in Information Science on the theme "Social Inclusion" and for this reason, the power of action and scientific intervention becomes limited in the sense of enabling counter-hegemonic actions of popular empowerment to reduce the inequalities consolidated through the current models of social contracts. Thus, it is concluded that it is necessary to expand research aimed at the social bias in the field of Information Science and by doing so, we have scientific journals that produce relevant impact factors, with informational indicatives that add strategic value and which contribute to the reduction of uncertainties and the pressure of social and political forces so that the data and information generated become differential elements in favor of those populations that are marginalized and consequently deprived of any support or initiatives to reduce social inequalities.

**Keywords:** Information indicators. Social inclusion. *Scielo*. Information Society.

<sup>1</sup>Doutorando em Ciência da Informação (UFPB).

Bibliotecário (UFERSA).

E-mail:

saalemario@gmail.com

<sup>2</sup>Doutora em Ciência da Informação (UFMG).

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFPB).

E-mail: belbib@gmail.com

<sup>3</sup>Doutora em Letras (UFPB).

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFPB).

E-mail:

ebaltar2007@gmail.com

Submissão: 08/02/2019

Aprovação: 20/05/2019

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil, apesar de sua diversidade cultural e miscigenação étnica, ao longo de sua história tem produzido inúmeras práticas desiguais de inclusão, fazendo com que seja percebido como um campo fértil, um cenário profundo de segregação social, seja pela carência de políticas de Estado, por falta de interesse governamental ou por ausência de mobilização popular.

Isso fica ainda mais claro quando os direitos fundamentais, postulados pela Carta Universal dos Direitos Humanos e ratificado pela Constituição Brasileira de 1988, são constantemente negligenciados. A exemplo disso, estão as limitações incorridas sobre as populações empobrecidas, fazendo com que as mesmas não tenham direito à educação, saúde, moradia, saneamento, etc.

Constata-se, assim, que direitos idealizados para servir aos atores sociais do Estado são em sua maioria limitados e seletivos a um pequeno grupo, criando um profundo desequilíbrio entre as classes.

Diante desta constatação, faz-se necessário criar mecanismos contra-hegemônicos para se contrapor às teorias e às ações que privilegiam o capital e o mercado. Uma estratégia a ser considerada é a de promover diagnósticos ambientais sobre as influências e impactos para que se permita antever e se antecipar diante de medidas impopulares e antidemocráticas. Esse mecanismo poderá ser formatado a partir de um modelo de monitoramento de indicadores informacionais, com isso permitirá oferecer elementos quantitativos e qualitativos de reflexão e intervenção, criando-se uma espécie de observatório teórico e metodológico de empoderamento da ciência frente a um Estado republicano a serviço do poder mercadológico.

Desta maneira, levanta-se o seguinte problema: até que ponto se tem um conhecimento pleno das pesquisas, iniciativas e direcionamentos científicos em torno da questão da inclusão social, para que tenhamos ações contra-hegemônicas de empoderamento popular?

Nesse contexto, faz-se necessário analisar os indicadores informacionais de pesquisas em inclusão social a partir da base de dados *Scielo* nos últimos dez anos, considerando o período de 2007 a 2017.

## 2 INCLUSÃO SOCIAL

O processo de inclusão ao longo da história sempre foi um aspecto que demandou complexas questões, sejam elas de natureza filosófica, sociológica, antropológica, política ou informacional, e é justamente por isso que “este início do século XXI, o tema da inclusão social tem obtido muita importância [...]”, inclusive “[...] no âmbito acadêmico [...], conforme explicita (ALMEIDA; GONÇALVES, 2013, *online*).

Percebendo isso e influenciado pela conjuntura global, Suaiden (2005, p. 5, *online*) justifica a inclusão social considerando “as novas ondas de expansão mundializada [...]” que “[...] eram [...] movimentos desiguais e assimétricos”.

Por isso, pensar a inclusão é, antes de qualquer coisa, partir do princípio de criar um ambiente de desprendimento da concentração do capital em respeito às diferenças, onde a responsabilidade social seja pautada a todo instante.

O termo “incluir” precisa de complemento para que se possa atribuir uma representação mais concreta e aplicada. Isso ocorre no entrelaçamento com a questão “social”, fazendo com que seja favorecido um impacto terminológico maior, projetando força e potência de construção e validade cognitiva.

Então, a “inclusão social”, pensada sob esse prisma, precisa ser considerada como algo que veio para minimizar os espaços de segregação e os danos causados por Estados que historicamente privilegiaram classes sociais mais abastadas e dotadas de influências políticas e econômicas.

Neste sentido, a inclusão social precisa ser concebida como um mecanismo que permita a participação, como um gesto voltado ao pleno exercício da cidadania e da valorização dos espaços democráticos, especialmente, nos dias atuais, em que os pressupostos e demandas da

sociedade da informação são cada vez mais imperativos, requerendo um realinhamento constante ao mundo da competitividade. É nesta linha de pensamento que a inclusão é entendida por Warschauer (2006), especialmente por observar que

[...] não é apenas uma questão referente à partilha adequada dos recursos, mas também de “participação na determinação das oportunidades de vida tanto individuais como coletivas”. [...] inclusão social não ignora o papel de classe, [...] inclusão reflete particularmente bem os imperativos da atual era da informação, em que questões de identidade, linguagem, participação social, comunidade e sociedade civil ganharam uma posição de destaque.

Coadunando com essa posição, a “inclusão social” sugere novas práticas e posicionamentos, fazendo com que o cidadão se veja na condição de agente de transformação, colocando a favor da sociedade a sua responsabilidade social, enquanto pessoa e profissional, neste caso, como cientista da informação. É neste sentido que Freire (1999, p. 14, *online*) provoca no indivíduo uma nova postura, no sentido de “[...] ajudar a facilitar, em nossa sociedade, [...] para aqueles que [...] necessitam”.

Portanto, é nesse contexto, cada vez mais desafiador, que se faz necessária a presença do Estado, no sentido de caminhar para equacionar as disparidades nos espaços travados pelas lutas sociais de classes, tentando minimizar as lacunas entre aqueles pequenos grupos que majoritariamente sempre tiveram o controle e o poder e a grande massa, que dispõe de uma “memória coletiva” amplamente rica e diversa (HALBWACHS, 2006, grifo nosso), mas que é em certa medida, silenciada e “esquecida” (RICOEUR, 2008, grifo nosso).

### 3 INFORMAÇÃO E INDICADORES

A ciência da informação, ao longo da história, tem contribuído de maneira estratégica com vista ao processo de recuperação, curadoria e gestão dos insumos informacionais.

É em virtude dos seus postulados, enquanto área de domínio, que se torna possível sistematizar dados e transformá-los em informações acessíveis, interpretáveis e conseqüentemente passíveis de compartilhamento.

Com isso, este viés disciplinar tem um papel fundamental no monitoramento e apoio às pesquisas e investigações científicas, contribuindo de forma singular com as mais diversas áreas do conhecimento, no sentido de proporcionar os recursos mensuráveis necessários para que determinados estudos possam ser descortinados.

Uma forma estratégica de descortinar e converter “dados frios” em “informações quentes” se dá a partir do momento que reunimos e representamos esses extratos informacionais.

Daí é possível perceber que a ciência da informação torna-se uma área de domínio estratégica para produzir indicadores informacionais e contribuir de maneira diferenciada aos mais diversos campos científicos.

Entendem-se que indicadores são ferramentas auxiliadoras para contribuir com o entendimento e acompanhamento de cenários, práticas e contextos a fim de ter “em mãos” elementos capazes de observar e analisar determinados realidades e fenômenos, seja qual for a sua natureza, sempre norteando-se em reduzir incertezas com vista a projetar atuações futuras com alto valor agregado.

Coadunando com este pensamento, Dowbor (2007, p. 446) compreende que, quando os indicadores são sistematizados, estes “constituem um poderoso instrumento de conhecimento da realidade”. É nesse sentido que os indicadores adquirem cada vez mais importância e responsabilidade no sentido de contribuir para antever e projetar ações articuladas de curto, médio e longo prazo.

Partindo desse contexto e relacionando-se com a questão da “Inclusão Social”, temos os indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2017, *online*), por exemplo, mede respectivamente, a) Expectativa de vida ao nascer (EV); b) Índice de educação (EI); c) Índice de renda (IR). Em síntese, este indicador busca entender como a sociedade tem evoluído, considerando aspectos mensuráveis de monitoramento. Isso permite que um determinado país possa se subsidiar destes elementos e projetar ações de inclusão social para diminuir os mais diversos índices de desigualdades e desequilíbrios da sociedade.

Assim como os indicadores sociais, a Ciência da Informação, através da sua dinâmica organizacional, também tem produzido índices de desempenho, que aqui denominados de “Indicadores Informacionais”. Estes, tal qual o IDH, também têm o papel de monitorar, antever e projetar ações futuras a partir do levantamento e da sistematização de dados informacionais produzidos pelas mais diversas bases de dados nacionais e internacionais.

Os “Indicadores Informacionais”, na prática, revelam a evolução da produção científica brasileira, ratificando assim a assertiva de que o “conhecimento em ciência e tecnologia é, hoje, um dos principais instrumentos de superação das desigualdades” (REZENDE, 2005, p. 6, *online*). Concretamente, este cenário pode ser observado a partir da **base de dados da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO)**, por exemplo, composta por uma rede estratégica de divulgação da comunicação científica por meio de países da América Latina e do Caribe, em sua maioria.

Outro que pode ser mencionado aqui para ilustrar essa afirmação é o reconhecido Indicador JCR, ou seja, o relevante fator de impacto da *Journal Citation Reports*, que mensura os periódicos mais citados.

Portanto, quando a Ciência da Informação, ao propor e fazer uso de ferramentas como os indicadores informacionais, fica cada vez mais nítida a ideia de um campo de domínio que agrega valor substancial ao desenvolvimento e fortalecimento de uma nação, que, dicotomicamente, em muitos casos, o Estado

a renega, decidindo questões de interesse popular, através de “boatos”, inverdades ou mesmo “pós-verdades” carregadas de passionalidade, pressão política ou *lobby* mercadológico.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista **natureza da pesquisa**, em um primeiro momento, será de cunho quantitativa, no momento que proceder a coleta, e em segunda instância, de forma qualitativa para permitir o processo de interpretação dos dados levantados. Ambos tomaram como referenciais investigativos a Base de Dados da Biblioteca Eletrônica Científica *Online (Scielo)*.

Quanto ao **corpus da pesquisa**, a investigação primou por levantar dados a partir dos artigos indexados na área de Ciência da Informação presentes na Base de Dados da Biblioteca Eletrônica Científica *Online (Scielo)* no período de 2007 a 2017, utilizando como termo central de busca a “inclusão social”.

Os procedimentos de **coleta dos dados** foram definidos como critérios de investigação, respectivamente: 1) Base de Dados: Biblioteca Eletrônica Científica *Online (Scielo)*; 2) Tipo da busca: Integrada; 3) Termo da busca: “Inclusão Social”; 4) Área do conhecimento de vinculação dos periódicos: Ciência da Informação e Biblioteconomia; 5) Por Coleção: Todos os países; 6) Por idioma: Todos os idiomas; 7) Período: 2007 - 2017.

Quanto à **análise dos dados**, o processo ocorreu através do *Software Livre* da *Kingsoft Office*, o WPS, fazendo uso do aplicativo “*Spreadsheets*” que tem como finalidade básica desenvolver tabelas e gráficos a partir dos dados coletados na Base da Biblioteca Eletrônica Científica *Online (Scielo)*.

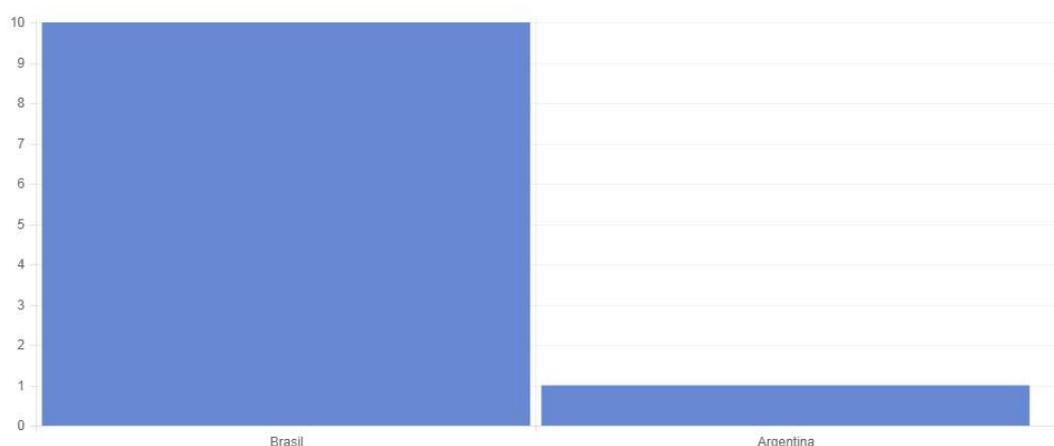
## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados foram considerados relevantes àquelas informações geradas através dos indicadores que representam e refletem a produção

científica em torno da temática “inclusão social”, indexada pela **base de dados** da **Biblioteca Eletrônica Científica Online (Scielo)**, considerando aspectos como nacionalidade, idioma, temporalidade e das frequência (periódicos, autores e das palavras-chave).

Assim, a partir do que direciona o objetivo dessa investigação, buscou-se entender a valoração dada pela Ciência da Informação à questão da “inclusão social”, preocupando-se essencialmente com indicadores supracitados.

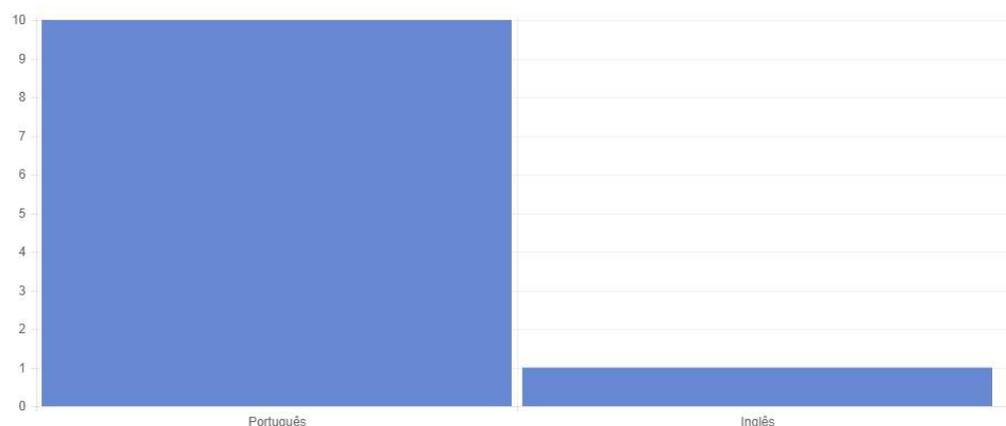
Figura 1 - Indicador informacional na relação entre “**Inclusão Social**” e País



Fonte: *Scielo* (2017).

Ao realizar a busca na base de dados da *Scielo*, para figura 1, foi feita uma mineração considerando as coleções de todos os possíveis países que tivessem pesquisas que produzissem indicadores a partir do termo “inclusão social”. Chegou-se aos resultados de apenas dois países, respectivamente, o Brasil e a Argentina, tendo o primeiro apresentado um maior número de produções. Evidentemente, isso pode ter ocorrido em virtude de o termo selecionado ser de origem portuguesa. A maior surpresa foi o fato de os outros países de língua portuguesa que compõem a rede não terem produzido no período pesquisado sobre a questão da “inclusão social”. Isso gera um vácuo científico de relevante preocupação para o campo da Ciência da Informação, pois percebe-se uma limitada corrida de comunicar pesquisas sobre a temática em discussão nos mais importantes periódicos nacionais com cobertura na *Scielo* pela última década.

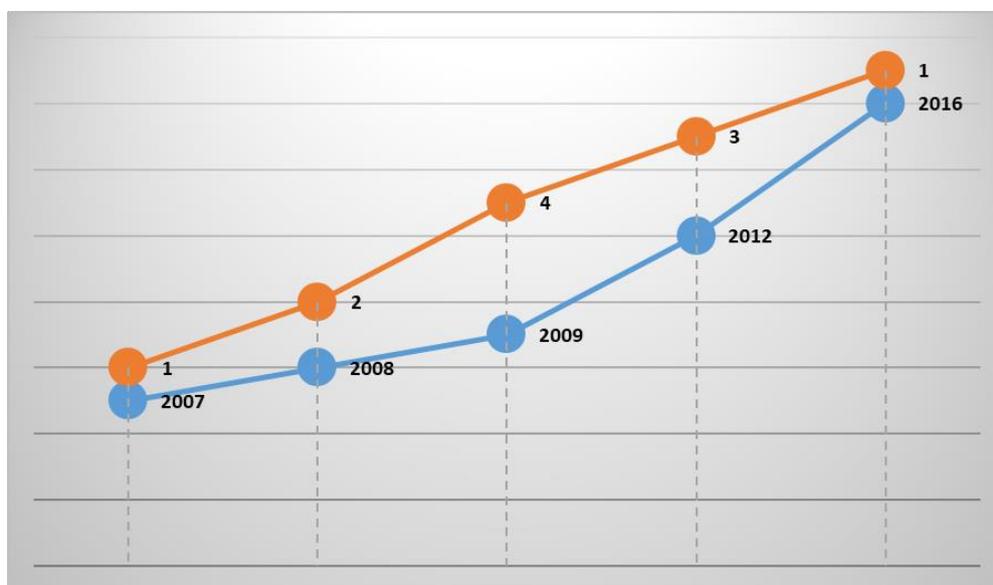
Figura 2 - Indicador informacional na relação entre “Inclusão Social” e o Idioma



**Fonte:** Scielo (2017).

Coadunando com a figura anterior, na figura 2 foi observada uma predominância de produções em língua portuguesa. Mesmo assim, se comparado aos países de origens das produções, será possível visualizar produção em língua inglesa, significando que os países da América Latina também podem ser considerados catalisadores para uma divulgação científica que transcenda um caminho de predominância português e espanhol. Mesmo assim, tem-se aqui uma supremacia linguística “doméstica”, ou seja, de atuação dentro dos limites do Brasil em primeiro lugar, e, em segunda instância, uma “tímida” extrapolação fronteiriça no âmbito do Cone Sul.

Figura 3 - Indicador informacional na relação entre “Inclusão Social” e a Temporalidade

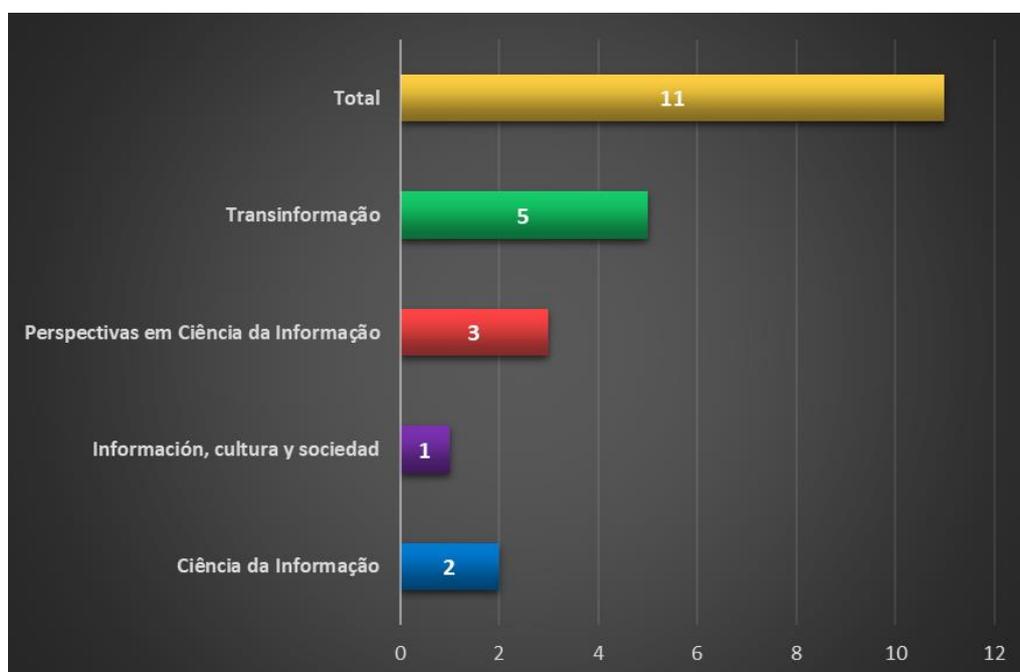


Fonte: Scielo (2017).

Quanto à figura 3, é possível observar que a comunicação da produção científica oriunda das investigações em torno da temática “inclusão social” no campo da Ciência da Informação atingiu o seu ápice no ano de 2009. Tal dado reflete o cenário de que nesse período temporal o Brasil teria chegado ao momento de maturação em relação às iniciativas de políticas públicas de “inclusão social” ou das práticas cidadãs de redução das desigualdades sociais em um país que evidenciava, até o final do século XX, um profundo abismo social. A partir de 2002 e considerando o término da primeira década do século XXI, uma série de conquistas foram logradas, pois as mesmas se baseavam em políticas de Estado com vistas a minimizar as profundas disparidades em relação às condições de classe e ao arranjo de contrato social do Brasil vigente. A partir do início da segunda década deste século, a conjuntura social brasileira começa a sofrer inúmeras mudanças, seja, inicialmente, por ter sido afetada por uma crise imobiliária global a partir dos Estados Unidos e em seguida pela Europa, seja pela fragilização das Instituições do Estado brasileiro, por estarem imersas a polêmicas ações de improbidades administrativas e/ou pela falta de

desconfiança popular. Aliado a esse cenário, surgem iniciativas de reformas impopulares, ajuste fiscal, arroxo salarial, desemprego, aumento da carga tributária e corte de investimentos, por exemplo. O reflexo disso é a ampliação de práticas de concentração de renda e a expansão de ações do fosso social entre as classes sociais, aumentando assim as condições de pobreza e exclusão social. Apesar das coincidências, essas inferências requerem pesquisas posteriores de comprovação, mas algo nesse contexto se torna cristalizado, que é de que ao passo que evoluem as experiências e investimentos em políticas de inclusão, concomitantemente ampliam-se as investigações no campo da inclusão social. Da mesma maneira ao inverso, quanto maior é a ruptura de investimento com as classes segregadas, menor será o ritmo e o número de investigações no setor. Se não há recurso para os níveis sociais mais elementares da sociedade, dificilmente haverá para pesquisas frente a esses contextos de silenciamento e esquecimento (RICOEUR, 2008) das memórias sociais (HALBWACHS, 2006) mais fragilizadas.

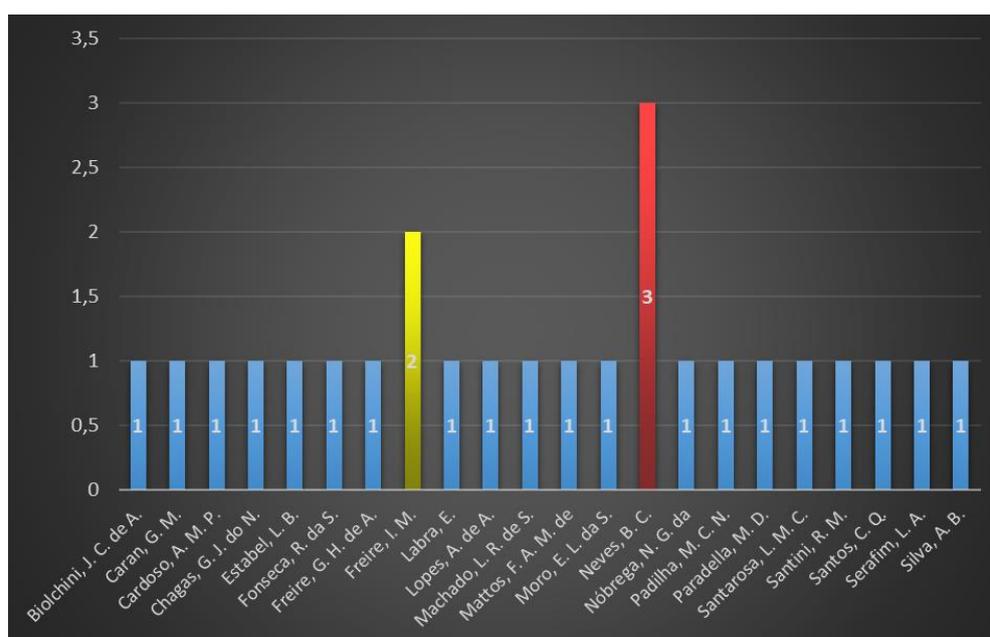
Figura 4 - Indicador informacional na relação entre “**Inclusão Social**” e a **Frequência dos Periódicos** em Ciência da Informação



Fonte: Scielo (2017).

É possível observar na figura 4 que os principais periódicos investigativos indexados na base de dados da *Scielo* são respectivamente: a) Revista *Transinformação*; b) *Perspectivas em Ciência da Informação*; c) *Información, Cultura y Sociedad*; d) *Ciência da Informação*. Um diferencial a esta investigação é o fato de ter prospectado a revista argentina indicado na alínea “C” editado pela *Universidad de Buenos Aires*. Adicionado a esta, encontra-se a revista da Universidade de Campinas, *Transinformação*, indicada aqui como o periódico da *Ciência da Informação* melhor qualificado aos interessados que buscar espaços de divulgação para suas produções acadêmicas.

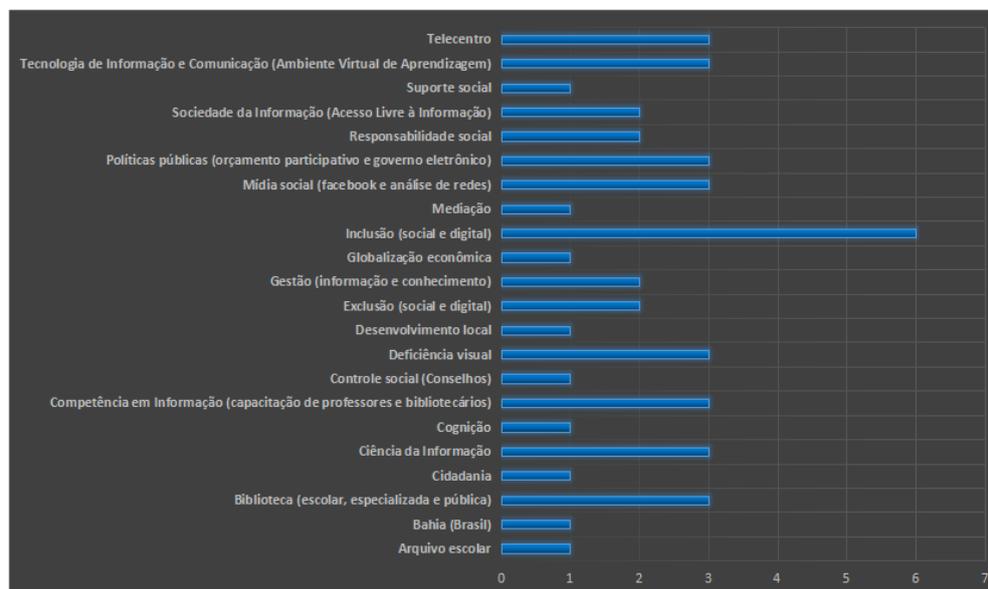
Figura 5 - Indicador informacional na relação entre “**Inclusão Social**” e a **Frequência dos Autores** presentes nos artigos publicados em revistas de *Ciência da Informação*



Fonte: *Scielo* (2017).

Na figura 5, é possível observar que apenas dois autores produziram mais sobre a temática “inclusão social”. Os demais pesquisadores contribuíram ao campo analisando o objeto científico em questão, contudo, em menor grau quantitativo de artigos entre o período de 2007 - 2017.

Figura 6 - Indicador informacional na relação entre “**Inclusão Social**” e a **Frequência das Palavras-chave** presentes nos artigos publicados em revistas de **Ciência da Informação**



Fonte: Scielo (2017).

Na figura 6, foram identificadas trinta e cinco palavras-chave, entretanto, para facilitar o processo de análise e síntese, ou seja, de organização da informação, as mesmas foram agrupadas por categorias que apresentassem similaridades. A partir desse procedimento, identificou-se uma maior predominância dos termos “Inclusão”, atrelados aos termos “social” e “digital”. Isso leva a inferir que a preocupação da “inclusão social” na Ciência da Informação está centrada em investigações voltadas, em sua maioria, aos aspectos inerentes à “inclusão digital”. É bem verdade que outras temáticas são aplicadas ao objeto de estudo em discussão, contudo, estes termos de pesquisa surgem em menor proporção.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que no campo da Ciência da Informação há uma predominância de textos originários do Brasil e em língua portuguesa, mesmo

considerando que a **Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO)** indexa conteúdos de outros países, inclusive de língua similar, como Portugal.

Percebeu-se que apesar de o ano de 2009 ter representado o período mais produtivo, a década analisada mostrou que as pesquisas em torno do objeto “inclusão social” para Ciência da Informação se apresentaram quantitativamente incipientes. Infere-se que não existe uma preocupação com o objeto em questão.

Quanto aos espaços de comunicação científica, observou-se que as principais revistas que publicam conteúdos sobre o tema investigado são respectivamente os periódicos Revista Transinformação, Perspectivas em Ciência da Informação, *Información, Cultura y Sociedad* e Ciência da Informação.

Ao que competia às pesquisas divulgadas, constatou-se uma pulverização quantitativa de cientistas, sem apresentar uma personalidade referencial que se distanciasse substancialmente do grupo total, contudo, Freire (2009, 2012) e Neves (2009, 2011, 2012) se apresentaram como os pesquisadores mais produtivos para o período do recorte estabelecido.

Ao se referir ao quantitativo, abordagens e aplicações ao objeto “inclusão social”, notou-se que a maioria das pesquisas estão direcionadas ao contexto da “inclusão digital”.

Portanto, a partir das informações que foram levantadas, percebe-se a necessidade de ampliar as pesquisas voltadas à “Inclusão Social” no âmbito da Ciência da Informação; e, ao fazê-las, considerar os periódicos científicos como relevantes indicadores informacionais de desenvolvimento e potência para redução das desigualdades sociais.

Estes são agregadores de valor estratégico e contribuem na redução de incertezas e na pressão das forças sociais e políticas a fim de que os dados e as informações produzidas sejam elementos diferenciais a favor das populações que estão a margem da sociedade e, conseqüentemente, desprovidas de qualquer apoio ou iniciativas para redução das desigualdades sociais, representando, desta maneira, “efetivas soluções de transformação social para a realidade brasileira”, conforme é salientado por (REZENDE, 2005, p. 6, *online*).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S.; GONÇALVES, R. B. **Inclusão social e suas abordagens na ciência da informação**: análise da produção científica em periódicos da área de Ciência da Informação no período de 2001 a 2010. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 18, n. 37, 2013. Disponível em: <http://zip.net/bgtNgx>. Acesso em: 14 ago. 2018.

DOWBOR, L. Indicadores socioambientais. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Almanaque Brasil Socioambiental**. São Paulo: ISA, 2007. p. 446-447.

FREIRE, I. M.; ARAÚJO, V. M. R. H. de. A Responsabilidade social da ciência da informação. **Transinformação**, v. 11, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 1999. Disponível em: <http://zip.net/bitNpR>. Acesso em: 14 ago. 2018.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

OLIVEIRA, A. F. M. Sociedade da Informação, transformação e inclusão social: a questão da produção de conteúdos. **RDBCI: Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, v. 5, n. 2, 2008. Disponível em: <http://zip.net/bltMWq>. Acesso em: 15 ago. 2018.

REZENDE, S. Conhecimento e inclusão social. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 6-7, 2005. Disponível em: <http://zip.net/bxtPgh>. Acesso em: 15 ago. 2018.

RICOEUR, P. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2008.

SUAIDEN, E. J. Inclusão social. **Inclusão social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 5, 2005. Disponível em: <http://zip.net/bktNqb>. Acesso em: 15 ago. 2018.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano e IDH**. 2017. Disponível em: <http://zip.net/bxtN8P>. Acesso em: 06 ago. 2018.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social**: a exclusão digital em debate. São Paulo: Senac, 2006.

Agradecimentos: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Grupo de Pesquisa em Cultura, Conhecimento e Inovação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (CCI-UFERSA/CNPq).

## LEI DE UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES (12.244/10): CONCEPÇÕES, APLICAÇÕES E PROPOSIÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

### UNIVERSAL LAW OF SCHOOL LIBRARIES (12.244 / 10): CONCEPTIONS, APPLICATIONS AND PROPOSAL FOR PUBLIC POLITICS

Jonathas Luiz Carvalho Silva<sup>1</sup>

#### Resumo

Trata dos rumos da Lei 12.244/10 sobre a universalização das bibliotecas escolares em face da proposição de elementos para composição de uma política pública. Apresenta como síntese do problema a seguinte pergunta: como é possível pensar a construção de uma política pública para as bibliotecas escolares? Como objetivo, elenca: abordar a Lei 12.244/10 constituindo uma discussão sobre os seus pressupostos, estabelecendo uma comparação com o Projeto de Lei 9.484/2018, visando a proposição de estratégias que componham uma política pública para as bibliotecas escolares. A metodologia consta de uma revisão de bibliografia, em especial com autores da área de Biblioteconomia e documentos que amparam a legislação alusiva à biblioteca escolar. Conclui que a Lei 12.244/10 não determinou avanços pela escassez de políticas públicas e que é fundamentalmente necessário a construção de uma política que tome como base fundamentos (norteadores e aplicacionais) que concebem e viabilizam condições para existência das bibliotecas e eixos (temáticos e pragmáticos) que delimitem os múltiplos escopos de execução de práticas nas bibliotecas escolares, conduzindo para a criação de sistemas estaduais e municipais de bibliotecas escolares, visando uma aplicação plena de um conjunto de práticas especializadas que contemplem a atuação do bibliotecário como gestor.

**Palavras-chave:** Biblioteca escolar. Políticas públicas – fundamentos – eixos. Lei 12.244/10. Projeto de Lei 9.484/2018. Biblioteconomia.

#### Abstract

It deals with the directions of Law 12.244/10 on the universalization of school libraries in the face of the proposition of elements for the composition of a public policy. It presents as a synthesis of the problem the following question: how is it possible to think of the construction of a public policy for school libraries? As an objective, it lists: to approach Law 12244/10 constituting a discussion about its assumptions, establishing a comparison with Bill 9.484/2018, aiming at proposing strategies that compose a public policy for school libraries. The methodology consists of a bibliographic review, especially with authors of the area of Library Science and documents that support the legislation alluding to the school library. It concludes that Law 12.244/10 did not determine advances due to the scarcity of public policies and that it is fundamentally necessary to construct a policy based on foundations (guiding and applying) that conceive and enable conditions for the existence of libraries and axes (thematic and pragmatic) that delimit the multiple scopes of practice execution in school libraries, leading to the creation of state and municipal systems of school libraries, aiming at a full application of a set of specialized practices that contemplate the performance of the librarian as a manager.

**Keywords:** School library. Public policies - fundamentals - axes. Law 12.244/10. Draft Law 9.484/2018. Librarianship.

<sup>1</sup>Doutor em Ciência da Informação (UFBA).  
Professor do Mestrado Profissional e do Curso de Biblioteconomia (UFCA)  
E-mail:  
[jonathascarvalhos@yahoo.com.br](mailto:jonathascarvalhos@yahoo.com.br)

## 1 INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar é um ambiente de informação que busca fomentar práticas de cultura, educação e informação com a finalidade de promover perspectivas para dinamização do aprendizado, construção de novos conhecimentos e resolução de problemas da comunidade interna (e em alguns casos comunidade externa) no cotidiano escolar. Entretanto, é preciso que a biblioteca escolar receba um tratamento devido na consecução de leis e políticas públicas que a permitam agir com a plenitude conceitual e aplicativa que possui.

A atuação da biblioteca escolar ocupa múltiplos prognósticos de atuação, tendo como base o reconhecimento de que é na pluralidade (gestão, tecnologias, organização, serviços, pesquisa, práticas pedagógicas etc) que conquista o respeito da instituição e da comunidade de usuários, desmistificando a ideia de que a biblioteca escolar é apenas um espaço composto de acervo, em especial, livros. Essa mudança conceitual e aplicativa sobre a biblioteca escolar pelo poder público depende de um conjunto de mobilizações, assim como da institucionalização de uma política pública de Estado que favoreça os diversos meios de atuação da biblioteca escolar.

Embora a Lei 12.244/10 tenha surgido para alavancar mecanismos de construção de práticas para a universalização das bibliotecas escolares, é relevante destacar que não surtiu o efeito esperado no prazo de 10 anos, pois entre 2010 e 2019 houve avanços muito tímidos na construção de políticas que primassem pelo cumprimento da lei.

Toda lei, incluindo a 12.244/10, para ser aplicada de forma efetiva necessita de um conjunto de políticas públicas que norteiem o desenvolvimento das práticas técnicas, institucionais, gerenciais, pedagógicas e sociais alusivas ao *ethos* histórico-pragmático da biblioteca escolar. Até o momento, é pertinente reconhecer o esforço de órgãos de classe, pesquisadores e atores políticos (partidários ou não) no sentido de envidar condições para o cumprimento da Lei 12.244/10. Porém, esses esforços ainda são incipientes para construção das

chamadas políticas públicas articuladas em níveis federal, estaduais e municipais, principalmente nas duas últimas instâncias federativas.

Este artigo se justifica pelas seguintes razões, a saber:

- a) conceitual – necessidade de discutir e rever os aspectos legais que norteiam a biblioteca escolar;
- b) acadêmico – produzir novos conhecimentos e propostas sobre a biblioteca escolar, em especial, no que se refere a construção de políticas públicas que contemple o cumprimento da Lei 12.244/10;
- c) político – concepção de que o êxito da biblioteca escolar depende, sobretudo, da mobilização da área de Biblioteconomia e entidades parceiras, assim como de meios para criação de sistemas de bibliotecas escolares, principalmente considerando a realidade das escolas estaduais e municipais.

O presente artigo apresenta como questão problematológica a seguinte pergunta: como é possível pensar a construção de uma política pública para as bibliotecas escolares? Como objetivo elenca: abordar a Lei 12.244/10, constituindo uma discussão sobre os seus pressupostos, estabelecendo uma comparação com o Projeto de Lei 9.484/2018, visando a proposição de estratégias que componham uma política pública para as bibliotecas escolares.

O artigo segue um ritual de discutir sobre a Lei 12.244/10, considerando uma retrospectiva, institucionalização, avanços e deficiências. Em seguida, traça uma reflexão sobre o Projeto de Lei 9.484/2018 em tramitação conclusiva no Congresso Nacional, estabelecendo comparação com a Lei 12.244/10. Traz também possíveis contribuições da Biblioteconomia para concretização da Lei 12.244/10 e busca a proposição de uma política pública para biblioteca escolar, pautada em fundamentos norteadores e aplicativos e eixos temáticos e pragmáticos.

## 2 CONTEXTUALIZANDO A LEI 12.244 /10: RETROSPECTIVA, INSTITUCIONALIZAÇÃO, AVANÇOS E DEFICIÊNCIAS

A aprovação de uma lei em nível nacional depende de um conjunto de processos que norteiam, em especial, deliberações do Poder Legislativo (composto pelo Congresso Nacional, que é dividido pela Câmara e Senado) e Executivo (presidência da república). Para tanto, é preciso inicialmente a elaboração de um Projeto de Lei que pode ser concebido por deputados, senadores, presidente, ministros do Supremo Tribunal Federal, Procurador Geral da República e até do povo (caso seja assinado por 1% do eleitorado nacional de cinco estados, constituídos por 0,3% de cada um) ou em modos associativos entre os diferentes segmentos supramencionados.

Após propositura do Projeto de Lei, o processo pode ter origem na Câmara ou no Senado (este apenas quando é apresentado pelo próprio Senado). O mais convencional é de que seja encaminhado inicialmente para a Câmara Federal, passando por algumas comissões específicas, conforme a relação entre a proposta e os temas das comissões. De imediato, a proposta passa pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que avalia as adequações do Projeto em relação à Constituição, além de outras, como Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Comissão de Cultura, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Comissão de Educação, Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Comissão de Seguridade Social e Família etc, totalizando 25 comissões<sup>1</sup>.

Quando aprovado nas comissões pertinentes, o Projeto de Lei caminha para o plenário, visando nova discussão para possível aprovação ou rejeição (há casos conclusivos em que os projetos já são decididos nas comissões diretamente, sem a necessidade de passar pelo plenário, mas qualquer projeto que possua grandes impactos em relação a orçamento, a vida e a liberdade humana e natural demandam uma passagem mais cuidadosa pelo plenário da Câmara).

---

<sup>1</sup> Outras comissões podem ser visualizadas no link: <https://bit.ly/2G2L94c>.

Após aprovação na Câmara, o Projeto segue para o Senado, passando por comissões técnicas e a CCJ para revisão. Em seguida, o Projeto é votado em plenário, apresentando as seguintes condições: caso seja aprovado direto vai direto para sanção da presidência; caso seja aprovado com alterações, volta para a Câmara e, sendo rejeitado, é diretamente arquivado.

Quando o Projeto de Lei chega para sanção do executivo, o presidente tem a palavra decisiva, com a condição de aprová-lo, vetá-lo total ou parcialmente. Sendo vetado parcial ou totalmente, o Projeto volta para a casa onde foi originado (comumente a Câmara) e prevê nova avaliação. Ocorrendo o fato do contexto majoritário dos deputados discordarem dos vetos da presidência, o Executivo tem o veto desconsiderado, obrigando o presidente a aprovar o Projeto de Lei.

Considerando que o presidente aprove o projeto sem vetos, ocorre que é sumariamente sancionado e promulgado, com a nova lei tramitando para o Diário Oficial da União (DOU), um dos veículos de comunicação e informação governamental, a fim de vigorar formalmente e elucidar a sociedade sobre a existência da nova lei.

Diante do relato acerca dos procedimentos para tramitação de um Projeto de Lei (e uma possível institucionalização da lei), é possível destacar que há um conjunto de vicissitudes que podem engendrar – ou não – a lei, assim como esse desenvolvimento processual do projeto de lei pode demorar meses e até anos, a depender das articulações políticas, relevância da pauta, apoio dos parlamentares, nível de interesse dos representantes do legislativo e do executivo, volume de projetos apresentados, entre outros.

No que se refere a biblioteca escolar, há um movimento estabelecido no final da década de 1990 e formalizado no ano 2000 a partir de uma intervenção da Deputada Federal do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Esther Grossi, atuante nos campos da Cultura, Educação e Ciência e Tecnologia, que tentou promover o Projeto de Lei no 3.549/00 (BRASIL, 2000) que dispunha sobre a universalização das bibliotecas escolares. No entanto, por falta de articulação

política e da não continuidade da Deputada em questão após as eleições de 2002, o projeto foi arquivado em 2003<sup>2</sup>.

O teor do Projeto é muito parecido com a Lei 12.244/10, considerando elementos como entidades mantenedoras das bibliotecas escolares, conceito de biblioteca escolar, prazos para universalização das bibliotecas escolares e a previsão de contratação de bibliotecários e técnicos em Biblioteconomia, buscando uma potencialidade de construção e atuação da biblioteca escolar, em especial, acerca das perspectivas de dinamização especializada de trabalho do bibliotecário com gestão, organização/representação, tecnologias, recursos/serviços de informação, além de outras atividades de incentivo à cultura, leitura e pesquisa.

Em 2009 há uma retomada do movimento em prol da biblioteca escolar a partir da propositura do Projeto de Lei 324/09 (BRASIL, 2009), do Deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), tendo como relator no Senado, o professor e ex-reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque (PDT – Brasília), que foi aprovado em decisão terminativa, no dia 13 de abril de 2010 pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado.

A Lei 12.244/10, que busca universalizar as bibliotecas escolares no Brasil, foi aprovada no dia 24 de maio de 2010, com vigência a partir de sua publicação, no Diário Oficial da União, em 25 de maio (BRASIL, 2010), trazendo novos marcos legais prospectivos, para a construção de políticas que promovam o desenvolvimento das bibliotecas escolares, principalmente em níveis municipais e estaduais.

A estrutura geral da Lei 12.244/10 é definida pelos seguintes pontos elencados no quadro que segue:

---

<sup>2</sup> Para saber mais sobre o teor do Projeto de Lei 3.5409/00, acesse o link: <https://bit.ly/2lf2MPD>.

Quadro 1 – Estrutura geral da Lei 12.244/10

Artigos	Conteúdo
Art.º 1	As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.
Art.º 2	Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.  <i>Parágrafo único.</i> Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.
Art.º 3	Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.
Art.º 4	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fonte: Brasil (2010).

A Lei 12.224 apresenta um conjunto potencial de avanços que podem ser dimensionados a partir dos seguintes elementos, a saber:

- a) promove, por meio da consciência jurídica, que a biblioteca deve ser um ambiente valorizado no construto das políticas educacionais;
- b) abre perspectivas para construção de uma cultura de informação na escola, a partir das práticas técnico-pedagógicas da biblioteca escolar;
- c) estabelece uma percepção conceitual de biblioteca escolar que, embora seja muito limitada, possibilita a ascensão de conceitos deturpados como centro de multimeios, salas de leituras, entre outros;
- d) designa a efetiva participação do bibliotecário como profissional gestor especializado para atuar na biblioteca escolar;

- e) institui mecanismos mínimos para formação de um acervo na biblioteca escolar;
- f) define prazos para concretização da política de universalização das bibliotecas escolares no Brasil, considerando principalmente a realidade de estados e municípios.

A ideia de afirmar um conjunto potencial de avanços deve-se ao fato de que uma lei só é suficientemente madura quando acompanhada gradualmente da construção de políticas públicas que madurem seu teor teórico-prático, galvanizando possibilidades mais sólidas de aplicabilidade em torno do objeto da lei. Em outras palavras, é preciso ponderar que uma lei sem políticas públicas é morta, visto que não será efetivamente cumprida e atuará como mero enfeite decorativo no ordenamento jurídico nacional.

A Lei 12.224/10 é um retrato sintomático do afirmado no parágrafo anterior, pois a potencialidade de avanços é eminentemente alvissareira, mas a escassez de políticas públicas impossibilitam um amadurecimento das práticas estratégicas nas bibliotecas escolares. De outro modo, não pensar nas políticas de informação para gestão, organização, tecnologias, recursos e serviços, leitura, pesquisa, cultura etc para as bibliotecas escolares é ocultar qualquer potencialização aplicacional da Lei 12.244/10.

A falta das políticas é um fenômeno que pode ser retratado nas deficiências da própria Lei 12.244/10, que não reúne mecanismos para fomentar e até exigir dos poderes públicos federal, estadual e municipal a preconização da universalização das bibliotecas escolares, que é objeto central da Lei retromencionada.

Como deficiências da Lei 12.244/10 é possível indicar os seguintes elementos:

- a) caráter conceitual – a biblioteca é muito mais do que coleção de documentos, visto que “Nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros” (LEMOS, 2005, p. 101), mas se constitui como ambiente de informação

estrategicamente planejado que atua com gestão, processos, fluxos e tecnologias em consonância com a realidade da comunidade de usuários e da organização a qual a biblioteca está vinculada (escola/colégio). A Lei 12.244/10, conforme Silva (2011) poderia ser mais detalhada no que tange ao caráter semântico da biblioteca escolar e de suas características técnicas, organizacionais, educativas, além de sua intencionalidade política, social e pedagógica, pois os aspectos de acervo e de organização desse tipo de biblioteca apresentam uma singularidade, ainda, pouco assimilada pela ampla maioria dos educadores e de instituições de ensino brasileiros;

b) não designa um orçamento para investir nas bibliotecas escolares, seja em instituições públicas ou privadas. Sem orçamentação definida, a biblioteca escolar dificilmente pode ser visualizada como ambiente autônomo para o desenvolvimento geral de suas atividades;

c) não estabelece qualquer tipo de punição para as instituições que não cumprirem com os requisitos mínimos exigidos em Lei. Sem exigências mais efetivas, tanto o estado quanto a iniciativa privada não se sentem incentivados e muito menos compelidos a planejar os meios para concretização da lei, tornando-a inócua e improfícua;

d) não engendrou uma comissão formada por bibliotecários, educadores e outros profissionais, visando promover efetivos subsídios para o cumprimento da Lei 12.244/10. A melhor forma de produzir políticas públicas e também para a iniciativa privada é o meio cooperativo entre especialistas. Embora a Lei tenha estabelecido um prazo de 10 anos para cumprimento, não definiu critérios técnicos para formação de comissões nacionais assistidas pelos legislativos e executivos federal, estadual e municipal que propusesse mecanismos para aplicabilidade da Lei, atrofiando quaisquer condições de maturação;

e) o equívoco da universalização sem a sistematização: o olhar integrado entre o macro e o micro, ou seja, a Lei 12.244/10 trata de universalização, mas sem qualquer integração entre o nacional e o local. Logo, se não há interação direta entre os poderes (legislativo, executivo e judiciário) e as

esferas (federal, estadual e municipal), reunindo representantes efetivos da causa, a Lei torna-se eminentemente deficitária.

É possível atestar um paradoxo entre os avanços e as deficiências da Lei 12.244/10, de sorte que os primeiros são potenciais, mas os segundos são mais concretos. A Lei, ao não definir elementos fundamentais de aplicação e até de punição, não prevê – a rigor – pressupostos para amadurecimento das políticas para bibliotecas escolares, incluindo as condições para contratação de bibliotecários nos setores públicos e privados.

As deficiências são múltiplas, pois envolve a carência de políticas, considerando a falta de integração entre setores interessados como profissionais, professores, pesquisadores, gestores e parlamentares, órgãos de classe etc (técnicos, gerenciais e políticos), além da escassez de punições, de determinação orçamentária, de pessoal, o que ocasiona deficiências para o aprofundamento continuado dos mecanismos que possibilitam o cumprimento da Lei.

Como conjunto sintético das deficiências, é possível afirmar que não há um incentivo da Lei em confirmar a biblioteca escolar como um ambiente informativo-pedagógico, que compõe uma base fundamental para o desenvolvimento da escola, contemplando a gestão escolar, as políticas curriculares, o incentivo à leitura, a alfabetização e letramento da comunidade escolar, práticas de pesquisa, o desenvolvimento da cultura, o estímulo ao aprendizado e formação da inteligência por meio de práticas de informação diversas, que vão desde a dinamização do acervo, passando por serviços de informação (referência, informação utilitária, disseminação seletiva da informação etc), pela educação de usuários, ações culturais e até a preservação da memória.

A falta de políticas para amparar a Lei 12.244/10 e as próprias deficiências da Lei em si levam a constituição de um novo Projeto de Lei atualmente em curso no Congresso Nacional como alternativa de redimensionamento jurídico e político para as bibliotecas escolares.

### 3 O PROJETO DE LEI 9.484/2018: PROPOSTA DE UMA NOVA UNIVERSALIZAÇÃO VIA CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES (SNBE)

Diante das múltiplas deficiências e do fracasso político-jurídico da Lei 12.244/10, novas discussões acerca de um aprimoramento da Lei e da construção de políticas públicas para bibliotecas escolares está sendo envidada. O desiderato político mais significativo dessas discussões engendrou o Projeto de Lei 9.484/2018 que "Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) (BRASIL, 2018)<sup>3</sup>.

O Projeto foi apresentado pelas Deputadas Laura Carneiro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (atualmente MDB) do Rio de Janeiro e Carmen Zanotto do Partido Popular Socialista (PPS) de Santa Catarina no dia 06 de fevereiro de 2018. Até abril de 2019, o Projeto encontra-se em andamento e está sendo analisado em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e Comissão de Educação. O novo Projeto de Lei tem como particularidades a apresentação de um novo conceito para biblioteca escolar e a criação do SNBE.

Conforme o Projeto de Lei, a biblioteca pode ser definida em seu Art. 1 como equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, cujos objetivos são:

- I – disponibilizar e democratizar a informação, ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes;
- II - promover as habilidades, competências e atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do(a)s aluno(a)s, em especial no campo da leitura e da escrita;

---

<sup>3</sup> Para saber mais sobre o Projeto de Lei 9.484/2018, acessar o link: <https://bit.ly/2D0XWSD>.

III - constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensinoaprendizagem;

IV - apresentar-se como espaço de estudo, encontro e lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios.

Observa-se um adensamento conceitual para a biblioteca escolar na Lei 9.484/2018, em especial no que se refere a inclusão do equipamento cultural e dimensionsamento de atuação da biblioteca no campo informacional, educacional, tecnológico, recreativo e que envolve a formação de competências e habilidades.

No que se refere a criação de um SNBE, a proposta determina aspectos elementares para respaldo a estados e municípios (e como corolário um incentivo a iniciativa privada) para a universalização das bibliotecas escolares relacionados a formação do acervo, desenvolvimento da política de acervo para as bibliotecas escolares, promoção de treinamentos para o desenvolvimento dos recursos humanos que atuarão nas bibliotecas escolas, parcerias com entidades culturais, fomento a atuação dos profissionais da biblioteca como agentes culturais, além do fortalecimento permanente dos sistemas estaduais e municipais.

A proposta do SNBE aproxima-se mais de um olhar biblioteconômico, no sentido de prover elementos técnicos e estratégicos da área ligados à criação de uma rede de bibliotecas escolares em nível estadual e municipal, o desenvolvimento do acervo, serviços, uso de tecnologias, entre outras atividades.

Outra questão fundamental é que a proposta determina sanções às instituições escolares que não cumprirem com o disposto em Lei, o que pode ser ponderado como avanço jurídico e institucional para consolidação da universalização e criação de redes de bibliotecas escolares. Porém, o Projeto não especifica quais seriam as sanções e transferem a responsabilidade para o poder executivo indicar as sanções. É preciso conceber que universalização é diferente da criação de uma rede, pois a primeira define que as escolas possuam bibliotecas estruturadas com profissionais e atividades especializadas, enquanto a segunda institui que as bibliotecas estruturadas com profissionais e atividades

especializadas devem estar em permanente processo de conexão e integração institucional.

O projeto conta com a relatoria da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do Democratas de Tocantins, que apresentou uma emenda para estabelecer que metade da meta de um título para cada aluno matriculado deverá ser cumprida em 2020. Ademais, a emenda estabelece vinculação parcial dos recursos do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e do Custo Aluno Qualidade (CAQ) para que o governo federal apoie estados e municípios para concretização da universalização das bibliotecas escolares no prazo estipulado (2024) que é o mesmo prazo definido para o Plano Nacional da Educação (PNE).

O quadro que segue denota algumas comparações entre a Lei 12.244/10 e o Projeto de Lei 9.484/2018.

Quadro 2 – Comparações entre a Lei 12.244/10 e o Projeto de Lei 9.484/2018

<b>Aspectos comparativos</b>	<b>Lei 12.244/10</b>	<b>Projeto 9.484/2018</b>
Conceito de biblioteca escolar	Coleção de documentos	Equipamento cultural com um conjunto de quatro grandes objetivos.
Universalização	Preocupação genérica sem qualquer delimitação	Criação do SNBE com 10 funções
Prazo para universalização	2020	2024
Sanções as instituições escolares	Não tem	Determina sanções, mas não especifica e deixa a cargo do poder executivo determinar.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

É possível considerar vários avanços potenciais na comparação entre a Lei 12.244/10 e o Projeto de Lei 9.484/2018, principalmente em virtude do novo projeto de lei ser mais preciso e qualitativamente elucidativo em termos do caráter semântico da biblioteca escolar e dos modos de universalização.

Entretanto, é pertinente afirmar que um SNBE, em princípio, só tem sentido com grande intervenção do poder público legislativo e executivo federal

e a participação dos órgãos de classe biblioteconômicos e categorias vinculadas à educação para a construção gradual de um conjunto de políticas públicas que garantam a concretização da Lei e o firmamento das parcerias interinstitucionais com estados e municípios via incentivos e proposições para formação dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Escolares (SEBE) e Sistemas Municipais de Bibliotecas Escolares (SIMBE), garantindo o disposto em lei acerca de software, formação e desenvolvimento do acervo, desenvolvimento de serviços e produtos, uso de tecnologias e práticas gerenciais em geral. Para tanto é fundamentalmente relevante e necessário a contratação de bibliotecários em números suficientes para garantir o cumprimento da lei em sua integralidade aplicativa no cotidiano dos SEBE e SIMBE.

#### **4 A UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECONOMIA**

De imediato, é pertinente mencionar que a área do conhecimento para tratar em termos técnico-científicos, acadêmicos, político-institucionais e profissionais de bibliotecas (principalmente de práticas de informação aplicada a bibliotecas) é a biblioteconomia. É nesta área que se discutem fundamentos gerais e esquadrihados da informação para aplicação em bibliotecas no âmbito da gestão, organização, recursos e serviços, tecnologias e pesquisa.

É relevante tal afirmação em virtude de que o poder público, representado, em nível macro, pelo executivo, legislativo e judiciário e, em nível micro, por gestores precipuamente de órgãos e instituições vinculadas executivo (secretários, diretores, coordenadores etc) age de modo insidioso e reducionista quando tratam das bibliotecas. É comum ao poder público o planejamento e tomadas de decisão para formulação de políticas públicas e ações gerais sem sequer consultar a classe biblioteconômica sobre os destinos das bibliotecas em nível municipal, estadual e federal.

Essa conduta do poder público é que inibe os potencializadores de atuação das bibliotecas (incluindo as escolares), de modo que relegam a um

plano inferior a dimensão nocional e propositiva do campo biblioteconômico-informacional, que envolve um conjunto de concepções para criação e amplo desenvolvimento de sistemas de bibliotecas escolares. Ao desconsiderar a participação da biblioteconomia nos processos decisórios, o poder público não está somente rejeitando a categoria biblioteconômica, mas está demasiadamente insuflando a deterioração e até o atrofiamento semântico e do *modus operandi* das bibliotecas escolares, ponderando a capacidade que esses ambientes de informação possuem para dinamização das práticas de cultura, educação e informação, inibindo as perspectivas para um incentivo mais lato a leitura, pesquisa, aprendizagem, inteligência, construção de novos conhecimentos e tomadas de decisão no campo educacional.

Destarte, a Biblioteconomia necessita de um olhar mais cauto e mobilizado para as bibliotecas escolares, a formulação de políticas públicas e os possíveis cumprimentos da Lei 12.244/10, quais sejam:

**a) articulação efetiva e continuada junto ao Ministério Público para fiscalização** – mesmo diante de dispositivos legais que outorgam ao bibliotecário o direito de atuação na biblioteca escolar, como a Lei 4.084/62, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula o seu exercício, como retrata em seu Art 1º que a designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), é privativa dos bacharéis em biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor (BRASIL, 1962) e da Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998 que afirma em seu Art. 4º que o exercício da profissão de bibliotecário, no âmbito das pessoas jurídicas de direito público e privado, é privativo dos bacharéis em biblioteconomia (BRASIL, 1998), fica patente que não há uma valorização efetiva da biblioteca escolar e do bibliotecário. Desse modo, é necessária uma intensa parceria com o Ministério Público a fim de fiscalizar a realidade das bibliotecas escolares, possibilitando a

preparação de relatórios técnicos e a consequente exigência do cumprimento da Lei, visto que a biblioteconomia possui diversos fundamentos legais para exigência de atuação bibliotecária nas bibliotecas escolares, de modo que o Ministério Público é responsável pela fiscalização e proteção de interesses fundamentais da sociedade;

**b) articulação efetiva nas esferas federal, estadual e municipal, visando a construção das políticas públicas e cumprimento da Lei 12.244/10** – é preciso uma articulação dos órgãos biblioteconômicos, como reuniões, audiências e eventos em geral com o poder público e com a iniciativa privada para discussão sobre a formação de políticas para as bibliotecas escolares. É comum que a classe biblioteconômica não esteja diretamente representada nos órgãos decisórios do poder público e privado. Por isso, é fundamental uma participação politicamente mais estratégica e mobilizada da área, mas não somente pensando em criar os instrumentos legais para a biblioteca, mas para definir o conjunto de políticas necessárias que envolvem direta ou indiretamente as bibliotecas escolares;

**c) criação de cursos de especialização e educação continuada no geral** – um dos problemas da biblioteconomia é que possui um currículo generalista, mas sem uma educação continuada massificada em nível de pós-graduação lato sensu em bibliotecas escolares (ou em bibliotecas no geral) a fim de que profissionais possam cursar. É necessário que a área estabeleça ofertas de cursos em bibliotecas escolares, via parcerias entre Universidades e órgãos de classes (associações, conselhos e sindicatos) ou mesmo a partir da iniciativa privada. O ideal seria a proposição nacional de cursos de especialização que fossem afunilando para estados e municípios, contemplando o caráter mais amplo da área. Uma especialização em biblioteca escolar deveria contemplar disciplinas e atividades no contexto da gestão, organização, mediação, letramento, competências, recursos e serviços, tecnologias da informação etc, além

de formação leitora e de pesquisa para pavimentar conhecimentos específicos sobre a atuação profissional em bibliotecas escolares;

**d) criação de produtos** – é interessante que os cursos de graduação e pós-graduação em biblioteconomia e os órgãos de classe, preferencialmente em conjunto, elaborem produtos elucidativos sobre a biblioteca escolar como programas, planos, projetos, eventos, prestação de serviços, manuais, guias, cartilhas, tutoriais, protótipos, aplicativos, softwares, repositórios, bases de dados, relatos de pesquisa e extensão que sejam apresentados ao poder público, privado e à sociedade em geral, visando promover avanços para as bibliotecas escolares;

**e) parceria na construção dos sistemas de bibliotecas escolares municipais e estaduais** – qualquer sistema de bibliotecas, para que seja pleno em sua integralidade, precisa de uma contribuição biblioteconômica, pois a área pode sugerir e contribuir para pensar, de modo holístico, a criação de um sistema que atue com uma diversidade de aspectos que tornem a biblioteca escolar um ambiente mais adensado e amadurecido. Para tanto, é fundamentalmente relevante que a biblioteconomia condense solidamente os pontos elencados nas alíneas anteriores para que possa subsidiar a criação dos sistemas de bibliotecas escolares.

Observa-se que a biblioteconomia pode promover grandes contribuições para o avanço das bibliotecas escolares, que vão desde a formação acadêmico-profissional e todos os resultados que essas formações podem gerar, bem como na articulação política via órgãos de classe e, ainda, na proposição de produtos e na força coletiva e integrada de seus segmentos.

Vale destacar que a biblioteconomia necessita de uma aproximação mais efetiva entre academia e órgãos de classe, primando por trabalhos conjuntos de ensino, pesquisa, extensão (programas, projetos, eventos, cursos e prestação de serviços), além da articulação política, de sorte que os órgãos de classe possuem essa funcionalidade, mas a academia tem grandes contributos intelectuais e de

fomento à comunidade para aguçar as dinâmicas de articulação política e de proposição de políticas públicas.

## 5 PERSPECTIVAS DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR: FUNDAMENTOS E EIXOS DE ATUAÇÃO

As políticas públicas se constituem como um dos grandes fundamentos que norteiam o aprimoramento sistemático e histórico das ações sociais e as possibilidades mais amplas para solução de problemas. As discussões deste artigo encaminham a ideia de que um dos grandes problemas de deficiências da biblioteca escolar é a falta de políticas públicas que impossibilitam a institucionalização de um sistema mais denso e sólido que favoreçam a atuação especializada deste ambiente de informação.

Quais os tipos de políticas públicas mais relevantes, necessários e urgentes para constituição da biblioteca escolar? Em princípio, para pensar as políticas públicas para bibliotecas escolares é interessante pensar em dois tipos de fundamentos: **os norteadores e os aplicacionais**. Podem ser citados três grandes tipos de políticas, de modo complementar e interdependente, que preconizam os fundamentos norteadores, quais sejam:

- 1 – Políticas públicas de cultura – ação cultural, memória, patrimônio, atividades artísticas, construção de crenças, aplicação comunitária etc;
- 2 – políticas públicas de educação – leitura, pesquisa, currículo, práticas pedagógicas e institucionais, metodologias de aprendizagem, tecnologias aplicadas etc;
- 3 – políticas públicas de informação – acesso à informação, acesso à informação científica, inclusão digital/social, dinamização da informação na biblioteca, política de acervo, política de gestão, política de incentivo ao letramento informacional, políticas de educação de usuários etc.

Esses três tipos de políticas constituem a base de atuação da biblioteconomia no contexto acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), na prática profissional, ou seja, na atuação em diversos tipos de bibliotecas/ambientes de informação de nível convencional como bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas, comunitária e, em nível não convencional, como instituições jurídicas e de saúde, bancos, indústrias, meios de comunicação, livrarias/editoras etc, além dos órgãos de classe (regulação/fiscalização, qualificação e luta por melhores condições de trabalho e salários para os profissionais).

Os três tipos de políticas se caracterizam como fundamentos norteadores em virtude de que é a partir das práticas de cultura, educação e informação que as bibliotecas escolares concebem os principais meios de atuação no cotidiano social, cognitivo e tecnológico da comunidade escolar, promovendo um olhar sistemático sobre como deve ser instituído um sistema de bibliotecas escolares que devem se estabelecer como uma rede de cooperação cultural-educacional-informacional. Os fundamentos norteadores são as diretrizes programaticamente definidas para o desenvolvimento dos fundamentos aplicativos.

Já os fundamentos aplicativos são estruturados da seguinte forma:

- 1 – estratégias e critérios para criação dos sistemas municipais e estaduais de bibliotecas escolares – parcerias entre entidades representativas da biblioteca, da educação e da cultura;
- 2 – aprimoramento/redimensionamento do PNBE – revisão da política de acervos da biblioteca escolar;
- 3 – relação com o Plano Nacional da Educação (PNE) – atualmente as relações entre a biblioteca e o PNE são ínfimas, sendo pertinente a promoção de uma aproximação institucional mais efetiva, no sentido do Plano definir critérios para o desenvolvimento das bibliotecas no campo da educação (SILVA, 2014);
- 4 – atrelamento ao Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) – a biblioteca escolar é um ambiente de efetivo exponencial de práticas

leitoras. Por isso, é promissor pensar práticas leitoras na biblioteca em uma conexão com os pressupostos do PNLL;

5 – inserção da biblioteca escolar nos processos avaliativos da escola (a biblioteca escolar no processo político-pedagógico-institucional da escola) – comumente a biblioteca é visualizada na escola como mero espaço administrativo e depende da gestão escolar para o desenvolvimento das atividades mais basilares. A defesa é por uma autonomia administrativo-pedagógica da biblioteca escolar para que possa contribuir de modo mais significativo com a educação de maneira geral;

6 – uso de programas/planos/fundos para subsidiar, em termos orçamentários, a biblioteca escolar – exemplos: FUNDEB/FNDE, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), fundos municipais e estaduais para cultura e educação e emendas parlamentares destinadas à biblioteca escolar.

Os fundamentos aplicacionais agem como uma espécie de *modus operandi* das políticas públicas para bibliotecas escolares. Estes fundamentos buscam viabilizar concretamente os meios para o desenvolvimento das políticas de cultura, educação e informação, desde aspectos orçamentários, passando por aspectos de infraestrutura e culminando com questões de pessoal e de práticas pedagógicas da biblioteca.

Diante dos estudos, projetos e pesquisas sobre bibliotecas escolares é possível estabelecer um arrazoado propositivo para a biblioteca escolar no sentido de se criar uma política pública que ampare a Lei 12.244/10. É pertinente expor a proposta geral que pode ser aplicada nas escolas municipais e estaduais, considerando possíveis adaptações, considerando dois grandes eixos: **temáticos e pragmáticos**.

### 5.1 Eixos temáticos

**1º Delimitação geral da infraestrutura a ser definida para as bibliotecas escolares:** considera as condições gerais de ambientes físicos e digitais para

constituição do SEBE/SIMBE. Para concepção de infraestrutura, indicamos como base o documento intitulado “Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares” elaborado pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (UFMG) em parceria com o Conselho Federal de Biblioteconomia, que estabelece em níveis básico e exemplar: **espaço físico** (espaço físico acessível, assentos, serviços técnicos e administrativos); **acervo**; **computadores ligados à internet**; **organização do acervo**; **serviços e atividades e pessoal**;

**2º Contratação, via seleção pública, de 20% a 25% de bibliotecários em relação às escolas municipais:** os bibliotecários contratados atuarão como gestores no sentido de construir amplo diagnóstico da realidade da biblioteca escolar no contexto municipal e/ou estadual, visando estruturar um sistema de bibliotecas escolares, a partir dos fatores que seguem. Vale considerar que a ideia é que este número de bibliotecários selecionados aumente gradualmente em escala média de 20% a 25% ao ano para que em 2020 seja possível um sistema mínimo de bibliotecas e profissionais especializados que permita o aprimoramento nos anos subsequentes;

**3º Levantamento e diagnóstico da real situação das bibliotecas escolares municipais e/ou estaduais:** contempla aspectos gerais como: quantas escolas com bibliotecas existem; qual o acervo que já existe na biblioteca considerando livros, revistas e outros materiais de cunho bibliográfico, documental, audiovisual e iconográfico;

**4º Construção de sistema eletrônico (software) para gerência das bibliotecas da rede municipal e/ou estadual a fim de criar uma rede de bibliotecas cooperativas:** com um sistema consistente, as bibliotecas podem dialogar e partilhar materiais em termos de acervos, constituindo o que pode ser chamado de bibliotecas cooperantes, assim como já ocorre com bibliotecas universitárias e públicas. Ressaltando que este sistema pode ser produzido pelos bibliotecários gestores em parceria com os programadores das prefeituras, assim como especialistas da área de biblioteconomia e afins podem contribuir para criação do sistema. Sugestão de um software: BIBLIVRE;

**5º Inserção do acervo no sistema eletrônico. Uso de técnicas como catalogação, classificação, indexação e outras linguagens documentárias:** a vantagem deste sistema a ser criado com todo o aparato de registro e organização do acervo é que contribui para preservação histórica do acervo e da memória intelectual escolar, possibilitando que seja facilmente recuperado e acessível à comunidade de usuários, evitando extravios ou deformações físicas do acervo;

**6º Estudo de comunidades e usuários:** etapa crucial de cunho metodológico, visando dialogar com a comunidade de usuários (alunos, professores, diretores e demais funcionários do ambiente escolar), a fim de construir uma percepção sólida sobre a realidade de atuação da biblioteca escolar, contemplando a organização, serviços, práticas técnicas e pedagógicas de leitura etc. Vale ressaltar que este estudo envolve aplicação de técnicas convencionais como questionários, entrevistas, formulários, observação (participante ou não participante), visando coletar dados sobre o que a comunidade pensa acerca da biblioteca e como pode contribuir para o seu desenvolvimento institucional e pedagógico, além de técnicas mais densas como técnica do incidente crítico, *sense making*, etc., buscando descrever e compreender o comportamento dos usuários, além de promover perspectivas construtivistas e interacionistas, considerando suas deficiências no ato de leitura. O fundamental do estudo de comunidade e usuário é identificar problemas e propor sugestões. No caso da biblioteca escolar, soluções que valorizem as práticas de alfabetização e letramento dos usuários, ou seja, promover novos incentivos de práticas leitoras (SILVA, 2015);

**7º Política de acervo para dinamização da informação:** busca redimensionar a concepção do acervo, contemplando seus diversos suportes físicos e eletrônicos, assim como nas diversas possibilidades de seleção, aquisição e os processos gerais da política de acervo, no sentido de que não devem ser apenas pautados para empréstimo, mas principalmente para estimular atividades pedagógicas com a comunidade de usuários, contribuindo para construção de conhecimento na escola. Neste caso, é fundamental a construção de um documento norteador intitulado “Política de Desenvolvimento de Coleções” a fim de conceber a conduta geral do SEBE ou SIMBE referente aos processos inerentes ao acervo;

**8º Incentivo à leitura e à pesquisa:** certamente este é o ponto mais relevante da proposta, pois insere a biblioteca escolar como ambiente de informação exponencial para diminuir os déficits de leitura no município, estimulando a criatividade artística e técnica de alunos e professores. Uma escola que não possui biblioteca com bibliotecários atuando em parceria com os docentes inibe um enorme potencial de alfabetização, construção do letramento e perspectivas de criação humana. Em outras palavras, pauta a formação de competências para professores e alunos de forma integrada ou particular (dependendo da necessidade). Para tanto, uma das formas mais profícuas de estimular leitura e pesquisa a partir da biblioteca escolar é através do ponto seguinte;

**9º Inclusão: social, digital, artística, acessibilidade física, visual, auditiva, etc.:** um dos primados da biblioteca na contemporaneidade é se estabelecer como ambiente de inclusão. O papel da biblioteca escolar é fundamental, desde a base, para estimular nos usuários, em especial alunos, formas de acesso aos meios físicos e digitais de informação, norteando e agregando valores, mostrando que as tecnologias devem ser utilizadas para o desenvolvimento pedagógico e não apenas como entretenimento e, nos professores, novas formas de uso das tecnologias para dinamização das atividades curriculares. A biblioteca escolar também deve tratar, com indistinção, questões de raça, credo, gênero e classe social, valorizando a pluralidade de ideias e o respeito às diferenças. Para tanto, precisa ser acessível a todos os segmentos, independente de limitações físicas, visuais e auditivas e o bibliotecário é ator fundamental neste processo de inclusão;

**10º Mediação da informação:** está relacionado às estratégias de mediação da informação no âmbito da mediação da leitura e mediação cultural aplicadas à biblioteca escolar, além do estímulo à formação de competências em informação. A mediação da informação pode ser estabelecida por meio de: serviços estratégicos que estimulem a leitura da palavra, leitura do mundo e fomento ao letramento informacional; estímulo à formação da cultura da própria comunidade, da cultura regional, nacional, global e popular; práticas de educação e treinamento de usuários sobre temas diversos relacionados à política,

educação, sociedade, meio ambiente, preservação da memória, atividade artística;

**11º Preservação da memória:** reúne o conjunto de atividades, principalmente de organização, mediação, dinamização e educação de usuários que buscam trabalhar o cotidiano da memória da comunidade escolar.

## 5.2 Eixos pragmáticos

### 5.2.1 Serviços de informação

**1º Serviço de referência e informação (físico e virtual):** tem o objetivo de auxiliar o usuário em suas mais diversas necessidades de informação, tais como indicar o material mais adequado, facilitar o processo de busca e uso dos documentos disponíveis na biblioteca escolar, prover auxílio bibliográfico nas atividades dos docentes em suas disciplinas e dos alunos no desenvolvimento das atividades disciplinares/curriculares;

**2º Serviço de informação utilitária (o balcão de informações do cotidiano em formato físico e virtual):** é o mais complexo, porém, não menos importante, visto que se configura na atuação enfática e continuada da biblioteca sobre temas do cotidiano como meio ambiente, família, campanha contra drogas, informações de utilidade pública sobre saúde, trabalho, estágios e informações de utilidade pública alusivas ao cotidiano, quais sejam: saúde (informações sobre saúde pública, higiene, prevenção de doenças, exercícios físicos, além de informações sobre hospitais públicos, particulares, postos de saúde, ambulâncias, farmácia popular, farmácias particulares, laboratórios, SUS, clínicas, unidades sanitárias, academias populares, academias particulares, etc.); cultura e lazer (agenda cultural, calendário de eventos, cinemas, teatros, museus, centros e espaços culturais, salas de exposições, galerias de arte, estádios, órgãos ligados ao esporte); utilidade pública (assistência social ao menor, à mulher, ao idoso, associações, assistência legal, juizados, tribunais, prisões, serviço de assistência gratuita, projetos públicos, serviços públicos de pagamento como gás, luz, água,

telefone, sindicatos, como tirar documentos de identidade, CPF, título de eleitor e outros, segurança, telefones úteis como bombeiros, emergências, polícia, imprensa local); trabalho (agências de emprego e estágios, oportunidades de empregos, cursos e eventos de qualificação profissional), além de outros assuntos referentes à realidade cotidiana do usuário. O serviço de informação utilitária busca modificar o cotidiano dos usuários com informações sobre temas relevantes do cotidiano que podem ser potencializados de forma didática pela biblioteca escolar. Tipos de serviços de informação utilitária: serviços de informação utilitários temáticos; serviços de informação utilitários autorais; serviços de informação utilitários culturais e serviços de informação de utilidade pública. (SILVA, 2015);

**3º Disseminação Seletiva da Informação (DSI):** consequência dos estudos de comunidades e usuários, de modo que o bibliotecário, conhecendo a realidade de seu público, pode promover informações específicas para cada segmento escolar, como docentes (separados por série e disciplina) e alunos (separados por série, turno, disciplina, necessidades particulares de informação). Alternativas para atuação com DSI: uma primeira alternativa de atuar com DSI é através das redes sociais. Por redes sociais como facebook, twitter, linkedin etc., é possível criar categorias específicas de grupos e muni-las com informações específicas; uma segunda alternativa é o ambiente de informação lidar com a newsletter. Neste caso, é uma alternativa fazer um breve estudo de usuários perguntando sobre quais tipos de assuntos mais despertam interesse aos usuários e muni-los via e-mail, site/blog ou redes sociais; uma terceira alternativa é a criação de produtos para estimular o uso efetivo da informação pela comunidade de usuários; uma quarta alternativa é o ambiente de informação designar de forma presencial ou virtual (em seu próprio sistema de informação, site, blog ou rede social) um espaço para sugestões dos usuários sobre quais informações mais possuem interesse, a fim de que o ambiente possa se preparar para prover, informacionalmente, as solicitações indicadas; uma quinta e tradicional alternativa é estabelecer criteriosa seleção do acervo do ambiente de informação e indicar aos usuários, conforme as demandas solicitadas, facilitando o trânsito

de informações no ambiente de informação – profissional da informação (mediador) – usuário. (SILVA, 2016<sup>a</sup>);

**4º Ação cultural:** envolve um conjunto de atividades que represente a pluralidade de crenças da comunidade por meio de eventos, grupos de estudo, dinamização do acervo, entre outros;

**5º Educação de usuários:** é concernente a um conjunto de atividades realizadas pela biblioteca como treinamentos, eventos, cursos de qualificação, prestação de serviços etc. que busquem estimular o aprendizado da comunidade escolar sobre temas do cotidiano escolar e social;

**6º Biblioteca escolar como fomentadora e criadora de produtos de informação:** demanda a criação de guias, cartilhas, manuais, aplicativos, sistemas de informação, repositórios;

**7º Biblioteca escolar como articulista de tecnologias da informação:** uso das redes sociais; uso dos canais de comunicação virtuais formal e informal; uso de bases de dados.

Em síntese, é possível pensar nas seguintes ações para a biblioteca escolar para o conjunto de instituições escolares de cunho público e privado, contemplando os eixos temáticos e pragmáticos, conforme definem os dois quadros que seguem:

Quadro 3 – Perspectivas de atuação na biblioteca escolar

SETORES DE ATUAÇÃO	NORTEADORES	FORMAS DE ATUAÇÃO
Gestão da informação	Gerenciamento do acervo Gerenciamento dos serviços; Gerenciamento das tecnologias digitais; Gerenciamento dos recursos humanos; Planejamento das atividades da biblioteca como produtos e serviços;	Formas de dinamização do acervo; Oferecimento estratégico e dialógico dos serviços; Uso estratégico e interativo das tecnologias; Gestão compartilhada e participativa da biblioteca escolar liderada por bibliotecários com a participação de professores, alunos, direção e comunidade escolar no geral.
Tecnologias da informação	Definição de quais programas, softwares, bases de dados, redes sociais,	Criação de um sistema de informação software que dê conta da atividade representacional do

	sites, blogs e outros meios tecnológicos devem ser utilizados; Aplicações pedagógicas das tecnologias digitais.	acervo; Uso interacional das redes sociais mais utilizadas como facebook, twitter, linkedin etc; Valorização dos serviços virtuais como forma de ampliar o acesso à informação para os usuários, tais como: serviço de referência virtual, disseminação seletiva da informação, informação utilitária e serviços de alerta.
Organização e tratamento da informação	Estratégias dinâmicas para representação do acervo; Uso de técnicas e linguagens documentárias para otimizar o acesso à informação.	Criação de catálogos dinâmicos expostos no ambiente físico e virtual da biblioteca escolar; Formas dinâmicas de classificação: a classificação no sistema pode ser convencional, mas é interessante dispor critérios qualitativos de classificação facetada; Criação de índices, vocabulários controlados e tesouros sobre aspectos de interesse de atuação da comunidade de usuários.
Pesquisa a partir da biblioteca escolar	Estratégias para promoção de pesquisa para professores, alunos e a comunidade em geral.	Realização de estudo de usuários. Estímulo à pesquisa escolar para docentes por meio da orientação de projetos para aplicação na escola ou qualificação acadêmica e para alunos por meio de práticas de escrita/redação, reforço escolar, práticas artístico-culturais.
Práticas mediacionais na biblioteca escolar	Estratégias de mediação da informação, mediação da leitura e mediação cultural aplicadas a biblioteca escolar Estímulo à formação de competências em informação	Serviços estratégicos que estimulem a leitura da palavra, leitura do mundo e fomento ao letramento informacional; Estímulo à formação da cultura da própria comunidade, da cultura regional, nacional, global e popular; Práticas de educação e treinamento de usuários sobre temas diversos relacionados à política, educação, sociedade, meio ambiente, preservação da memória, atividade artística.

**Fonte:** Adaptado de Silva (2016b)

O primeiro quadro reflete uma dinâmica geral de atuação da biblioteca escolar, que pode ser implementada nas escolas municipais, estaduais e privadas,

em especial no contexto da gestão, tecnologias, organização, incentivo à leitura, pesquisa e mediação da informação, que são basilares para dinamização da biblioteca escolar.

Em seguida, em diálogo com os eixos temáticos e pragmáticos, apresenta-se uma proposta para dinamização do acervo em bibliotecas escolares, visando propor uma dinâmica mais fluida para estes ambientes de informação, conforme indica o quadro que segue:

Quadro 4 – Possíveis aplicações para as bibliotecas escolares através da dinamização do acervo

Tipo de ação	Procedimento de atuação
Serviços de informação	Referência (físico e virtual) – exposição destacada dos acervos mais utilizados pela comunidade considerando: assunto, tipo de acervo (livro, artigo, folheto, revistas, jornais e outros acervos bibliográficos, iconográficos, áudio gráficos etc). Exposição no contexto interno do ambiente de informação e nos ambientes virtuais como software, blog, site, redes sociais, e-mail, entre outros.
	Informação utilitária (físico e virtual) – balcão de informações sobre o cotidiano social da comunidade (exemplos: saúde, educação, cultura, entretenimento/lazer e utilidade pública. A criação do balcão de informações pode ser feita fora do ambiente físico de informação, visando promover uma imagem estratégica diante da comunidade. Por exemplo, em uma biblioteca universitária ou escolar, o balcão de informações pode ser estruturado no pátio ou na entrada da instituição/organização mostrando a ideia de receptividade.
	Disseminação seletiva da informação – serviço personalizado para tipos de usuários específicos como: atualização no acervo do ambiente de informação, dicas de novas leituras sobre temas específicos dos usuários, dicas sobre o surgimento de novas tecnologias emitidos por alertas via e-mail, celular e/ou redes sociais.
Produtos de informação	Criação de guias, cartilhas, manuais, catálogos, blogs/sites, repositórios, softwares, aplicativos etc que mostrem a diversidade do acervo do ambiente de informação e toda a diversidade do acervo na infosfera
Uso das fontes de informação Desenvolvimento do acervo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formalizar como acervo da biblioteca o material direto (aquele oficial que congrega a biblioteca como livros, e-books, periódicos e literatura cinzenta) e o material indireto (aquele não-oficial como bases de dados, repositórios institucionais, bibliotecas digitais, periódicos eletrônicos, materiais audiovisuais, iconográficos, cordéis etc.) valorizando formas de disseminação diversas do acervo direto e/ou indireto junto à comunidade;</li> <li>- Exposição presencial e virtual dos acervos em formato físico e digital;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Frequente divulgação de acervos de bases de dados especializadas, repositórios institucionais e bibliotecas digitais;</li> <li>- Realização de eventos (palestras, mini cursos etc.) com base em assuntos do cotidiano científico valorizando a participação de autores que doam ou ajudam a compor o acervo da biblioteca;</li> <li>- Elaboração de uma política de organização do conhecimento na biblioteca universitária contemplando desde o uso das técnicas para organização até suas formas de mediação/disseminação.</li> </ul>
Ações culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eventos como palestras, cursos, minicursos, diálogos formais e informais, grupos de estudo etc. que valorizem o acervo do ambiente de informação</li> <li>- Elaboração de manuais/guias/cartilhas relativos à cultura da comunidade representada nos acervos;</li> <li>- Práticas de mediação cultural sobre assuntos gerais sugeridos pela comunidade.</li> </ul>
Educação de usuários	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de cursos/oficinas/treinamentos sobre as obras/autores mais utilizados no ambiente de informação;</li> <li>Realização de cursos/oficinas/treinamentos sobre assuntos mais sugeridos pela comunidade;</li> <li>Realização de cursos/oficinas/treinamentos sobre aspectos que resgatam a memória da comunidade de usuários;</li> <li>Disponibilizar espaços físicos e virtuais para que os usuários possam reunir-se para debater temas diversos atinentes ao acervo direto e indireto do ambiente de informação;</li> <li>Realização de cursos/oficinas/treinamentos utilizando a participação dos usuários, aproveitando as competências e habilidades da comunidade para promoção dos serviços de educação de usuários transformando a realização desses eventos em acervo direto do ambiente de informação via registro documental físico ou digital;</li> <li>É recomendável a concessão de certificados para a comunidade que ministra e participa dos cursos/oficinas/treinamentos, visando formalizar e promover credibilidade institucional as atividades do ambiente de informação.</li> </ul>
Preservação da memória	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tratamento, conservação e restauração de obras raras;</li> <li>- Valorizar obras de autores mais expressivos e antigos, visando à preservação e dinamização de ideias, teorias e questões;</li> <li>- Transformar discursos e ideias de expoentes da comunidade em acervo do ambiente de informação;</li> <li>- Registrar os eventos dos ambientes de informação, transformando-os em acervo do ambiente de informação.</li> </ul>

**Fonte:** Adaptado de Silva (2017).

É possível observar que a biblioteca escolar pode atuar de maneira plural via aspectos temáticos e pragmáticos no contexto do acervo e atividades gerais, como uma espécie de formação de um programa concebido para satisfazer desejos/demandas/necessidades da comunidade escolar, norteado por um conjunto de práticas que envolve serviços, produtos, uso das fontes de

informação, ações culturais, educação de usuários e preservação da memória, que podem ocorrer de maneira integrada ou individualizada a depender do perfil da biblioteca escolar, dos gestores institucionais e/ou da comunidade de usuários.

Evidentemente que nas bibliotecas escolares municipais, estaduais e privadas, haverá a necessidade de uma proposta geral para o conjunto de escolas, em concomitância com algumas particularidades a serem reconhecidas por práticas especializadas desenvolvidas pelos bibliotecários e sua equipe (estudo de usuários, política de acervo, oferecimento de serviços e produtos, uso de tecnologias, práticas gerenciais, entre outras).

Em consonância com as diretrizes, objetivos e metas da presente proposta, é possível o desenvolvimento das propostas que contemplam os eixos temáticos e pragmáticos, assim como o que está expresso nos dois quadros por ordem de relevância, urgência e possibilidades de aplicação pela equipe de profissionais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas escolares, historicamente, não receberam atenção do Estado na proposição de leis e de políticas públicas. Recentemente, surgiu um movimento para avançar na legislatura, mas sem proceder eficazmente no campo das políticas públicas, o que torna a lei contraproducente do ponto de vista aplicativo, comprometendo seu cumprimento. Toda e qualquer lei deve estar amparada por um conjunto de políticas públicas que sustentem o teor da lei, tornando-a plenamente aplicável e passível de amadurecimento.

Assim, a Lei 12.244/10 é um passo relevante, mas pouco produtivo na construção das bibliotecas escolares. A Lei 12.244/10 não é a política pública em si, mas uma instrumentalização jurídica que visa fomentar a construção das políticas públicas para bibliotecas escolares via fundamentos e eixos de atuação.

A Lei 12.244/10 é um expoente político-jurídico para repensar novas perspectivas de atuação para as bibliotecas escolares. No entanto, apresenta

muitas deficiências do ponto de vista conceitual e aplicativo. O Projeto de Lei 9.484/2018 busca reparar e ampliar as concepções e aplicações da biblioteca escolar, em especial, a partir da construção do SNBE. Essa construção só é possível mediante integração permanente com estados e municípios formalizando os SEBE e SIMBE, respectivamente a fim de que seja possível constituir uma rede integrada de bibliotecas escolares espalhadas pelo Brasil.

Inexoravelmente, o sentido institucional da universalização das bibliotecas escolares têm, em seu axioma mais sustentável, a criação dos sistemas que prevê a mensuração de um conjunto de atividades especializadas, bem como demanda maior independência da biblioteca na escola, constituindo-se como efetivo ambiente de informação de práticas culturais e educacionais.

O presente artigo, ao desenvolver um conjunto de discussões sobre a Lei 12.244/10, empreende condições para proposição de uma estratégia de política pública para o desenvolvimento das bibliotecas escolares estaduais, municipais e privadas. A política pública, ao pensar a dimensão nacional em fundamentos e eixos, busca constituir elementos que conduzam a uma política de Estado (que seja permanente) e gradual, pois sabidamente a construção dos sistemas de bibliotecas escolares demandam tempo, parcerias, pessoal especializado e execução perene para maturação e consolidação.

Os fundamentos, ao serem divididos entre norteadores e aplicativos, buscam dimensionar as diretrizes e o *modus operandi* da política pública para bibliotecas escolares, respectivamente, pois como fundamentos norteadores, a biblioteca escolar necessita de uma concepção integrada norteada pelas políticas públicas de cultura, educação e informação, enquanto os fundamentos aplicativos envidam mecanismos institucionais (orçamento, atrelamentos a planos como o PNE e o PNLL, além do reconhecimento premente da criação dos SEBE e SIMBE) para execução das políticas públicas de cultura, educação e informação.

Já os eixos, divididos em temático e pragmático, estabelecem as dinâmicas necessárias macro e micro para execução categórica das políticas públicas de cultura, educação e informação. Os eixos temáticos diluem os

sentidos e significados das políticas, enquanto os eixos pragmáticos norteiam as ações cotidianas da biblioteca escolar. Os eixos são complementares, visto que os temáticos denotam uma visão *lato* de sentidos das políticas públicas de cultura, educação e informação que direta ou indiretamente envolvem a biblioteca escolar, enquanto que os pragmáticos constituem o aparato de atuação do dia-a-dia das bibliotecas escolares, atribuindo a diversidade de serviços, produtos, práticas de organização, gestão e uso de tecnologias nas bibliotecas escolares.

A concepção propositiva desta política pública, que depende do olhar integrado entre fundamentos (norteadores e pragmáticos) e eixos (temáticos e aplicativos) e viabilizam os meios para construção dos sistemas de bibliotecas escolares, possuem as seguintes finalidades: o reconhecimento do poder público e privado de que o conceito de biblioteca escolar é muito mais amplo do que aquele comumente aplicado nas escolas; a ideia de que essa ampliação conceitual só é possível por meio da criação de sistemas integrados físico e virtualmente; as bibliotecas escolares merecem mais espaço e autonomia nas instituições escolares para mostrar o potencial de atuação; as bibliotecas escolares tratam de práticas especializadas, gerenciadas e mediadas por bibliotecários que buscam aprimorar a educação por meio do incentivo à leitura, à pesquisa, letramento informacional, educação de usuários, ações culturais, além de serviços especializados estudados e oferecidos no campo biblioteconômico-informacional e, por fim, a noção de que a biblioteca escolar busca cumprir com o compromisso de promover uma nova dinâmica de fomento aos processos de ensino-aprendizagem, aguçamento da inteligência, construção de novos conhecimentos, solução de problemas e tomadas de decisão.

Para tanto, o sucesso da criação dos sistemas de bibliotecas escolares depende, sobretudo, da junção de entidades participativas e especializadas na causa, especialmente da biblioteconomia, que busquem propor novas alternativas para redimensionamento concepcional e aplicativo nas bibliotecas escolares brasileiras.

A proposta de política pública ora apresentada está pautada em uma compreensão geral do que pode e deve ser produzido para um avanço

permanente das bibliotecas escolares e dialoga com diversos pontos que vão desde a constituição da lei em si (suas qualidades e deficiências concepcionais-aplicacionais), passando pela fundamentação político-institucional e pela definição de eixos de atuação e culminando com a prática unificada dos fundamentos e eixos no cotidiano das bibliotecas escolares.

Portanto, uma política pública para bibliotecas escolares demanda várias mudanças nos sentidos e significados de cunho histórico, conceitual, fundamentação e de eixos e tem, na conexão desses aspectos, a construção permanente e gradual que não somente criem os sistemas/rede de bibliotecas escolares, quanto empreendam mecanismos estratégicos para contribuir efetivamente para/com os avanços da educação escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei 3549/2000**. Disponível em: <https://bit.ly/2D2yTyO>. Acesso em: 03 mar. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara no 324 de 2009**. Disponível em: <https://bit.ly/2Uk0qGz>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Lei 12244 de 24 de maio de 2010**. Disponível em: <https://bit.ly/2TYzxhm> Acesso em: 03 mar. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 9484 de 2018**. Disponível em: <https://bit.ly/2OTI88W>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. **Lei 4.084 de 1962**. Disponível em: <https://bit.ly/2VnXnJO>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **Lei 9.6704 de 1998**. Disponível em: <https://bit.ly/2UgcpEW>. Acesso em: 10 ago. 2019.

GRUPO DE ESTUDOS EM BIBLIOTECA ESCOLAR (GEBE); CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA – 14ª E 15ª GESTÕES. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para bibliotecas escolares. Disponível em: <https://bit.ly/2WNzpbA>. Acesso em: 17 mar. 2019.

LEMOS, Briquet de. Bibliotecas. *In*: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. (orgs.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 184p.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei no 12.244/2010. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489-517, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2wJB5aU>. Acesso em: 08 abr. 2019.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Plano Nacional da Educação**. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Uk1B93>. Acesso em: 08 abr. 2019.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Serviços de informação utilitária em bibliotecas**. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2uLJae5>. Acesso em: 08 abr. 2019.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Como o profissional da informação pode atuar com a disseminação seletiva da informação?** 2016a. Disponível em: <https://bit.ly/2WPtBxM>. Acesso em: 08 abr. 2019.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Como o bibliotecário pode atuar na biblioteca escolar?** 2016b. Disponível em: <https://bit.ly/2VrovHM>. Acesso em: 08 abr. 2019.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Como atuar com dinamização do acervo em ambientes de informação? 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2OQJW2K>. Acesso em: 08 abr. 2019.

ENTREVISTA



**Mailson Furtado Viana:**  
UM SERTÃO CIDADÃO

*entrevista por Higo Lima  
projeto gráfico por Priscila Ricelle*

ISSN: 2674-6549

DOI: <https://doi.org/10.21708/issn2674-6549.v11i1a8595.2019>

Quando em outubro de 2018, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) anunciou a relação dos finalistas da sexagenária edição do Prêmio Jabuti, o noticiário, sobretudo as editorias especializadas em arte, cultura e literatura, dedicou-se a destacar os nomes de prata da literatura nacional que estrelavam a lista. Em maior parte, são autores publicados e distribuídos por grandes empresas do mercado editorial; são personalidades consagradas em feiras e em eventos literários; já ocupam espaços e capas na grande mídia. Aquele também fora um ano de mudanças na organização das categorias, que a partir de então passam a se dividir em quatro eixos: Literatura, Ensaio, Livro e Inovação.

Revelados os finalistas, o nome do cearense Mailson Furtado Viana aparece na relação dos dez concorrentes pela categoria “Poesia”, um dos gêneros com possibilidades de arrematar a grande categoria de “Livro do Ano”, disputada entre as publicações dos eixos Ensaio e Literatura. Até então, ascender ao seleto grupo parecia motivar muito mais apenas ao próprio autor, que diz ter recebido a informação com muita surpresa, e, evidentemente, também os moradores da pequena cidade de Varjota, que passam a ver um filho da terra em uma disputa de renome nacional.



O escritor Mailson Furtado se dirige ao palco após ser anunciado um dos vencedores da 60ª edição do Prêmio Jabuti. | Créditos: flickr.com/camarabrasileiradolivro

Chegada à noite de gala da literatura brasileira, a primeira grande surpresa veio com o anúncio do livro “à cidade”, escrito por Mailson Furtado Viana, como vencedor de uma das categorias mais afamadas da premiação: a poesia. Subiu ao palco um jovem escritor visivelmente emocionado com a conquista que, dado o reconhecimento pelo mérito de literariedade, também é um fruto das penúrias e glórias de uma publicação independente. Com a estatueta do Prêmio Jabuti em mãos, naquela noite, Mailson reconhecidamente se misturava aos deuses da palavra e aos engravatados do mercado editorial.

*Você lembra da sua reação nesse momento quando anunciaram seu nome? Fiquei sem acreditar. Eu acho que eu não acreditava que o livro tivesse esse potencial de vencer. Já estava muito feliz com a indicação de finalista. Quando eu ouvi meu nome, soltei um palavrão e saí correndo para o palco”.*

Por muito pouco, o momento do anúncio correu o risco de não ser vivido pessoalmente pelo autor, uma vez que Mailson cogitou a possibilidade de não ir à cerimônia devido à “situação financeira naquele momento”. Se a sua ausência tivesse sido concretizada, teria sido um silêncio irreparável e, certamente, a cerimônia não teria tido o mesmo brilho. De volta ao seu assento no auditório, não houve muito tempo para recuperar o suspiro e reorganizar os sentidos, pois, logo em seguida, o apresentador e jornalista Sérgio Groisman, cerimonialista da edição, anunciara o vencedor da última e mais celebrada categoria: o Livro do Ano. Pela segunda vez, Mailson Furtado Viana é convidado ao palco.

*E aí, como foi? Não sei dizer o que sentia no momento que ouvi o meu nome de novo, além de não acreditar, claro. De onde eu estava até o palco, caminhei sem muita consciência da situação. Eu estava completamente em transe. Demorei um certo tempo para processar tudo o que estava acontecendo. Era como se eu tivesse realizando o meu sonho e o de muita gente.*

*Quem seria essa “muita gente”? Ah... a minha família que sempre acreditou, minha esposa que sempre está comigo. A minha cidade que passa a ser reconhecida e, também, os escritores independentes e os escritores do Ceará.*



Mailson Furtado recebe a estatueta do Prêmio Jabuti 2018 pela categoria Poesia.  
Créditos: flickr.com/camarabrasileiradolivro

Para um homem tão habituado com as palavras, só coube começar o solene discurso de agradecimento pedindo desculpas. *“Peço desculpas, porque ainda não tá [sic] caindo a ficha. Ainda tou [sic] tentando digerir o que tá [sic] acontecendo comigo aqui hoje...”*. O primeiro escritor a arrematar o prêmio que Mailson levou para casa foi o baiano Jorge Amado, com o livro “Gabriela Cravo e Canela”, depois vieram nomes como Chico Buarque, Ana Maria Machado, Ligia Fagundes Teles, Ruben Fonseca, Ferreira Gullar e Hilda Hilst.

Daquela noite em diante, “à cidade” de Mailson Furtado Viana; Varjota, a cidade natal de Mailson; todas as suas emoções, confusas e misturadas, passariam a ser manchetes nos cadernos especializados de literatura e sua trajetória narrada em alguns dos principais telejornais de rede aberta, conforme acontece com os grandes e consagrados escritores.

O que talvez nem todos os grandes escritores tenham experimentado seja a vivência de serem recepcionados em sua cidade, de carro aberto, em cortejo pelas ruas com dezenas de seguidores e pessoas nas calçadas orgulhosas e envaidecidas comemorando, juntas, um prêmio literário. Mailson sabe muito bem o que é isso. Ladeado pela família, com a estatueta do Prêmio erguida com a generosidade de quem oferece o título a cada conterrâneo, ele trajava uma camisa do seu time, o Fortaleza, que terminara o ano campeão da Série B pelo Campeonato Brasileiro, segurava a bandeira da cidade e no som do carro tocava o cearense Belchior.

Não por acaso, a acolhida a um escritor referenciado por poetizar sua terra não poderia ser, no mínimo, bairrista. As ruas da pequena Varjota demonstravam todo seu orgulho de pertencimento e, na mesma medida em que calorosamente o recebia, orgulhosamente o dedicava: “de Varjota para o mundo”, estava escrito em um cartaz afixado na frente do carro.



“Ainda não tá caindo a ficha”, diz Mailson Furtado no discurso de agradecimento pelos dois prêmios: poesia e livro do ano. | Créditos: flickr.com/camarabrasileiradolivro

## No princípio era o... *Rock and roll*

Nascido na pequena cidade de Cariré, ainda na sua primeira infância, a família se mudou para a vizinha cidade de Varjota, um pequeno município com pouco mais de 17 mil habitantes e distante da capital Fortaleza 260 quilômetros. “A cidade onde nasci era tão pequena que esse êxodo acontecia muito porque as famílias sempre se deslocavam em busca de melhores condições de trabalho e sobrevivência”, explica ele detalhando que na nova moradia o pai, Francisco Rodrigues, e a mãe, Maria Arlete, sustentaram a família de três filhos – ele, o primogênito, e duas irmãs mais novas - como agricultor e dona de casa.

Uma infância típica das pequenas cidades interioranas do nordeste brasileiro até a virada do milênio. Sem os demasiados atrativos urbanos, o tempo era preenchido com auxílio nas tarefas de casa e com as coletivas brincadeiras de rua, ainda possíveis em um tempo de tranquilidade e pouca exposição à violência nos vilarejos; além, claro, de muito estudo! Toda a trajetória educacional de Mailson se deu na rede pública acrescida das longas horas de estudo: “eu era um *CDF*” (expressão usada para pessoas muito inteligentes ou muito dedicadas ao estudo).

*O seu maior interesse na escola sempre foi português e literatura? Não necessariamente. Minha maior afinidade se dava com os números, eu era muito aplicado. A literatura era minha paixão, sempre li os livros clássicos daquela fase escolar, mas só despertei mesmo com mais interesse pela literatura na adolescência.*

*Algum motivo em especial? Sim, a música!*

*Como assim, a música te levou à literatura? A minha geração se envolveu muito com o Rock. Eu, particularmente, me encontrei naquele som, naquelas letras, naquela afirmação. O Rock me apresentou um universo diferente porque falava de física, de química, de astrofísica. A música, o rock filosófico da minha adolescência, me levou não apenas à literatura, mas à arte como um todo.*

As portas abertas pelo *Rock and Roll* escancararam um universo de curiosidade, que por sinal é um traço forte na personalidade de Mailson. Naquele momento, mais que trilha e melodia para a adolescência, o gênero

musical atçou o ímpeto juvenil e canalizou seus caminhos artísticos. Mailson lembra que lia as músicas e projetava no futuro escrever como aqueles compositores; pesquisava os assuntos das letras e se interessava pelos recursos visuais: “eu acompanhava todas as fases do processo, procurava entender até sobre a capa e a contracapa”.

*...e a literatura...? Daí eu comecei a ler muitas outras coisas. Lembro que Paulo Leminski me marcou muito nessa época. Também me envolvi com o teatro, me interessando por tudo na dramaturgia, inclusive a escrita. A partir desse momento, eu me aproximei mais do texto e Pronto!- até hoje. (Risos).*

Que o reconhecimento recebido com o Prêmio Jabuti comove Mailson, por obviedade, isso é perceptível. No entanto, ao longo de quase duas horas de entrevista, em diversos momentos, o sentimento de realização se revela em equidade ao falar de música, ao falar de literatura e ao falar do teatro. Nos palcos, na coxia, na rua... Em tudo que esse jovem cearense coloca a mão ganha contorno. Ele fala de sonhos com a modéstia de quem, ingenuamente, conhecesse os caminhos para realiza-los.

E o mais importante: realiza! A relação de afeto com a sua cidade não é recente e nem tampouco existe motivada pelo livro “à cidade”. Bem antes, ainda na adolescência, Mailson se juntou a um grupo de amigos para criar uma companhia de teatro, porque acreditava que os jovens varjotenses precisavam de mais opções de lazer e, assim, surgiu em 2006 a Companhia Criando Arte.

*Como foi esse processo inicial? O que vocês faziam? A gente tem na adolescência aquele ímpeto por mudar tudo. Nessa época eu comecei a amadurecer o conhecimento da vida política e encontrei no teatro um sentimento de trabalho coletivo que me despertou a vontade de aliar com as coisas que eu gosto: a literatura, a música e a dramaturgia. A gente lia textos clássicos, escrevemos peças, atuamos, dirigimos, produzimos e organizamos a divulgação, enfim, a gente faz de tudo.*

*Qual o impacto desse trabalho na sua cidade? Ah, cara, é um movimento muito bonito e eu te garanto que dá para sentir o envolvimento. A gente vem mostrando que é possível fazer arte, produzir cultura na nossa própria cidade, que é uma cidade pequena. O grupo se renova ao longo desse tempo, tanto os integrantes quanto plateia.*



Na cidade de Varjota/CE, Mailson Furtado integra o coletivo Cia Criando Arte. | Crédito: facebook.com/CiaCriandoArte



Atualmente, a Companhia Criando Arte é composta por 8 integrantes da faixa etária de 20 a 30 anos. Desenvolve suas atividades em um prédio cedido por um empresário da cidade, fazem apresentação a preço popular, participam de editais de fomento às artes, levam contação de histórias nas escolas públicas. Já percorreram diversos municípios do Ceará e de outros Estados com peças que “fazem rir, e são textos que fazem refletir. Somos teatro de costumes,

surrealista, teatro de rua, infantil, filosófico, político”, descreve Mailson.

Toda essa motivação, no entanto, é tomada pela consciência de que o retorno financeiro por tanta dedicação não é o suficiente para garantir o sustento de casa. Assim que concluiu o Ensino Médio, Mailson foi aprovado para cursar a graduação em Odontologia, na cidade de Sobral, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Nesse período, a rotina se dividia entre a universidade, o teatro e Yane Cordeiro, com quem casou e tem um filho, o Fernando, de dois anos. Fiel incentivadora dos projetos do marido, ela também faz parte da Companhia Criando Arte.

O sustento da família, a base financeira, fica majoritariamente por conta da sua condição de cirurgião-dentista concursado em uma cidade vizinha e mantendo atendimentos em Varjota.

*Já pensou em largar a clínica para viver das artes? Infelizmente ainda é muito difícil sobreviver de cultura no Brasil e ainda mais quando a gente fala de uma cidade pequena. De certa maneira, eu gosto de ter o compromisso da odontologia porque me dá mais tranquilidade para produzir. Eu não sei se eu seria feliz se eu levasse a arte como ofício. Ela é libertadora assim”.*

*Fazer tudo não te atrapalha? Essa ideia de “ser independente” no mercado editorial é viável? A primeira coisa é a que eu queria ser lido, então, eu mesmo teria que fazer conforme o que eu tinha à disposição. O [escritor] independente tem que saber da sua limitação. Eu faço, mas eu sei que poderia ser melhor. No entanto, essa coisa tão centralizada também te faz perder um pouco a autonomia.*

Com “à cidade”, por exemplo, todo o trabalho do Mailson rendeu até à véspera da premiação a venda de 200 exemplares, que ele mesmo distribuiu nas livrarias das cidades próximas ou encaminhou pelos Correios os vendidos pela internet. As outras cem unidades que ele pagou pela primeira tiragem se esgotaram na noite do prêmio. A segunda remessa saiu com 5 mil livros.

De uma natureza multifacetada e inquietante, Mailson endoida o verbete “poesia”. Ao mesmo tempo em que pisa no terreno da literatura trabalhando com as palavras a fim de atingir uma construção estética nesse gênero, ele

também pode ser a personificação para o que nos sugere a etimologia da expressão “*poiesis*”. Enraizada no grego, Aristóteles a pensou como uma dimensão do espírito humano capaz de criar, tecer, fazer algo a partir da fruição, do imaginário, dos sentimentos. “à cidade” é uma obra cabal dessa acepção: o artesão da poesia, aquele que tudo faz, pode ser o eu lírico dessa narrativa, esgotada ao descrever o seu território geográfico com tanto sentido. “à cidade” e o seu escritor estão tão vivos ao ponto de, por uma simbiose homem-espaço-palavra, não ser possível estabelecer limites entre a cria e a criatura.

### Uma cidade em quatro tempos

Ainda quando exilado em Buenos Aires, o poeta Ferreira Gullar conclui “O poema sujo”, uma de suas obras mais consagradas, com os versos “a cidade está no homem/ quase como a árvore voa/ no pássaro que a deixa”. A influência de Gullar na obra de Mailson é francamente declarada pelo autor, que ressalta a estética visual dos versos como causa maior de sua motivação. Coincidência ou não, mas o estalo criativo para a “à cidade” também veio depois de um pequeno exílio, ou dito de uma outra forma e sendo mais fiel ao fato, Mailson pensou em escrever sobre seu lugar quando seguiu em turnê por municípios da Paraíba e Pernambuco apresentando um espetáculo pela Companhia.

*O que das outras cidades te fez pensar a sua? Eu comecei a pesquisar sobre questões históricas e sociais daqui [Varjota] e, mais ou menos nesse período, também li A Pedra do Reino, do [Ariano] Suassuna. Daí aconteceu de a gente seguir uma temporada por algumas cidades com o espetáculo que tínhamos montado. Foi incrível o que sentia ao reconhecer naquelas paisagens um cenário que era como se eu já conhecesse, mas nunca tinha estado ali antes. E foi aí que eu pensei: por que não eu também escrever sobre o meu lugar?*

A explicação de Mailson ressoa como se a sua experiência fosse alçada à dimensão palpável do espírito filosófico contido nos versos de Gullar. Ora, bastou sair dos limites de sua territorialidade para se encontrar com o que lhe havia de tão familiar ao estar no lugar dos outros. Os mais catedráticos, na busca por explicar as coisas à luz da lógica e da teoria, chamam essa artimanha de

“referencial de mundo”. Ao sentenciar que “*Se queres ser universal começa por pintar a tua aldeia*”, o escritor russo Leon Tolstói (1828-1910) foi além ao eludir para a dimensão do local os limites desse mundo em potencial de expressão.

Assim viu Mailson: “O sertão é um país/Que é maior que minha vista”. Com a cabeça fervendo de ideias e os sentimentos de pertença aflorados, em vinte dias (isso mesmo: duas dezenas de dias, menos de um ciclo completo da lua) o escritor teceu a autobiografia de seu lugar em um processo de tanta intensidade e entrega que ele classifica categoricamente com uma exclamativa frase: “Foi visceral!”. A ideia era a de descrever o tempo, as coisas, as pessoas e os lugares de modo a desmistificar o imaginário de um sertão sofrido e já tão reificado pelas fotografias de rostos enrugados, de terra seca e rachada.



O rio é um elemento importante na construção literária de Mailson Furtado. | Crédito: facebook.com/prefeituradevarjota

“O sertão tem seus problemas, é claro, mas também tem muita beleza”, enfatiza Mailson. A aldeia pintada nas palavras dele está longe – em contraste negativo – das que constroem o imaginário coletivo tão recorrente nas obras de regionalistas como a sua conterrânea Raquel de Queiroz, em “O Quinze”, que narra a migração em massa de sertanejos flagelados fugindo da seca de 1915. E muito mais distante das cores secas e desbotadas que Cândido Portinari pincelou

em “Retirantes” e “Criança morta”. Ele fala do tempo, dia e noite, que diariamente se anuncia solar: “o mesmo/ que se apagou/ quando cristo gritou”.

Todos os habitantes da cidade parecem caber no poema: são mulheres faceiras, homens trabalhadores, crianças brincantes. A própria cidade assiste a sua existência em “as cadeiras ganham o mundo/ e como meros suvenires/ lotam ruas”. Cada linha do poema pode ser uma dessas ruas, às vezes retas, às vezes enviesadas com seus acidentes geográficos e, talvez, por isso, a leitura deste poema de fôlego seja um verdadeiro passeio por alamedas.

É uma caminhada sem trégua, como frases sem ponto final. A estética dos movimentos visuais cortinada pelos modernistas e pós-modernos do século XX é forte e aparece, por exemplo, nos recursos para construir a imagem do fluxo do Rio Acaraú. Ora, se o rio desce para banhar o relevo, por que não as palavras descem uma linha? A sinestesia provocada não deixa escapar sequer o som das águas. Nem o cantarolar do galo de manhã cedinho, em outra parte do livro, anunciando o dia... “É um poema visual”, avisa Mailson.

*Ao ler o livro, é possível a impressão de que foi tudo escrito em uma única vez! Como é seu processo de criação? Esse poema pedia para sair. Ele estava dentro de mim e eu precisava escrever. Essa é a parte inconsciente. Somente depois vem o trabalho de engenharia do poema, porque eu mudo muito. Quando finalizei, enviei para um amigo e ele me retornou muito entusiasmado.*

*Foi desse contato que surgiu a ideia de nomear as partes em tempos verbais? Exatamente. A primeira parte [presente] é a cidade por ela mesma; a segunda [pretérito], é um relato social, geográfico, sua formação, o rio. Em “pretérito mais-que-perfeito”, a terceira parte, eu estou dentro do livro, registro vivente da obra. Vejo a cidade em que tudo isso acontece. Já em “futuro de pretérito”, a cidade está sendo ligada com o que foi.*

Tal qual o movimento contornado das nuvens pelo céu azulado do sertão, a cidade de Mailson segue se fazendo “ser”, desenhando-se na mistura entre gente e coisa, concreto e sentimento, natureza e cultura – ou em todas as outras dimensões que couberem na literatura. Vivaz, ela está enraizada nele, feito o pássaro de Gullar que voa sob a concessão de sua árvore!

# A GRADECIMENTOS

Ao Grupo de Pesquisa em Cultura, Conhecimento e Inovação (CCI-UFERSA/CNPq) pela idealização e editoração da Revista Informação em Cultura (RIC).

À Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) pela parceria administrativa e especialmente por tornar o periódico um produto estratégico de sua pasta.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) por permitir a viabilização do CCI no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), decisão fundamental para legitimar o periódico que surge desse grupo como um novo espaço para divulgação científica.

À Biblioteca Central Orlando Teixeira (BCOT), Assessoria de Comunicação (Assecom) e à Editora Universitária por entenderem a importância de ter representantes de suas unidades envolvidos em atividades de extensão e pesquisa acadêmica.

À Editora Universitária da UFERSA (EdUFERSA) por viabilizar os registros de autenticidade e qualidade editorial a um periódico científico.

Ao Conselho Editorial e à Equipe Técnica da RIC, que compraram a ideia de criar e gerir um periódico interdisciplinar com vistas a refletir os impactos e efeitos socioculturais e tecnológicos da sociedade da informação e do conhecimento na contemporaneidade.

Aos pesquisadores, que entenderam a proposta da RIC e submeteram suas contribuições científicas.

Aos avaliadores *Ad Hoc*, que permitiram análises críticas e contributivas no refinamento dos textos submetidos.

